



Índice

- 01** Ato de Solidariedade aos indígenas do MS acontecerá na capital
- 02** Funai deve perder poder em demarcação de terras indígenas
- 03** Ministério debate portaria para solução dos conflitos indígenas
- 04** Questão Indígena: CNA afirma que compras de terras pela União só podem ser aplicadas quando houver concordância do produtor
- 05** Exposição sobre 30 anos de lutas dos povos indígenas encerra este mês
- 06** MPF recorre contra suspensão da demarcação de terra indígena em MT
- 07** Indígenas declaram guerra à Usina Tabajara em Rondônia
- 08** MPF/PA: audiência pública sobre gestão da reserva Tapajós-Arapiuns será nesta sexta-feira
- 09** Inédito no País, concurso para professor indígena da Bahia abre inscrições
- 10** Médicos cubanos chegam a MT para atuar em aldeias indígenas e PSFs
- 11** Nota do Tribunal Popular: Cacique Ambrósio, presente!
- 12** Queiram gentilmente concordar com seu próprio extermínio, diz MJ
- 13** Apib divulga nota em repúdio a tentativa do governo de modificar procedimento de demarcação
- 14** Produtores rurais x indígenas: Inversão de valores



- 15 Sogro de cacique é detido sob suspeita de matar líder indígena a facadas
- 16 Concluído inquérito de indígena morto no interior do MS: assassino está foragido no Paraguai
- 17 Comitê avalia ações dos projetos de gestão indígena
- 18 Suspeito de assassinar liderança indígena é preso
- 19 Mais de mil indígenas protestam nesta quarta (4) contra minuta que altera demarcação
- 20 Programa Mais Médicos beneficiará mais de 212 mil indígenas, diz governo
- 21 Alunos negros e índios têm programa de intercâmbio
- 22 Informe de Aty Guasu sobre a morte da liderança Guarani e Kaiowa Ambrósio Vilhalva
- 23 Índios podem assistir reuniões sobre destinação de verbas da saúde
- 24 Índios afirmam que espera causa 'angústia' e 'insegurança' em MS
- 25 Índios ameaçam guerra contra exploração de petróleo e gás no Vale do Javari
- 26 Portaria ministerial pode paralisar definitivamente a identificação de Terras Indígenas
- 27 A espera do governo, indígenas afirmam temer por outra tragédia na Buriti
- 28 Pela 1ª vez, Brasil concede anistia a índio perseguido pela ditadura
- 29 MPF/MA promove seminário sobre educação diferenciada para os índios Awá
- 30 Brejo dos Crioulos: Incra em Minas Gerais recebe a posse de três fazendas do



Quilombo! São só 2 mil ha dos 17 mil, mas...

- 31** OPAN lança livro sobre saúde indígena
- 32** Nota de Repúdio ao Propósito do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo de Mudar o Procedimento de Demarcação das Terras Indígenas
- 33** Índios invadem pousadas no extremo sul da Bahia
- 34** Incra inicia regularização de área quilombola de Mato Grosso
- 35** Ribeirinhos participarão da XIII Teia Cabocla em Santarém

Ato de Solidariedade aos indígenas do MS acontecerá na capital

SÍTIO PORTAL I9, 02.12.2013

Depois das ameaças de usarem dinheiro arrecadado em leilão para formação de milícia anti-indígenas, mobilização civil cria Ato de Solidariedade para arrecadação de sementes, ferramentas e alimentos

Alexandre Zorzetti



Na cidade de Campo Grande, será realizado ato de apoio em solidariedade aos povos Guarani-Kaiowá e N'hadewa, em resposta a declaração de agricultores ligados a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul). Os fazendeiros, na maioria latifundiários, declararam para a imprensa que irão criar milícias para defenderem as fazendas ocupadas, mas que pertenceram aos indígenas por séculos. Os ruralistas sulmatogossenses arrecadarão verbas por um leilão de grãos e gado próximo dia 7 de dezembro, os produtos foram arrecadados entre os produtores do estado, e servirão para pagarem pela formação dos esquadrões de ataque contra os povos locais.

Parte da verba irá financiar 'pesquisadores', entre: advogados, antropólogos incumbidos de contestar os estudos que embasam as demarcações. O presidente da Acrissul, fez duras ameaças que não podem ser ignoradas pelo Governo Federal. "Até agora, eles invadiam e nós recuávamos. Se invadirem outras terras, vai ter tiroteio, e aí ninguém sabe a consequência", enfatizou Francisco Maia.

A campanha espera receber diversos tipos de doação, entre itens e alimentos essenciais para os indígenas. Roupas, alimentos, agasalhos, utensílios domésticos, brinquedos, ferramentas de trabalho, sementes para plantio, e doação em dinheiro.

Até o momento, as áreas em litígio de maior atenção, com confrontação direta entre fazendeiros e posseiros, contra os indígenas, são em Sidrôlandia, localizada à 70 Km da capital Campo Grande, e a região do Cone Sul do estado. O Governo Federal publicou portaria que autorizava a intervenção da Força Nacional nas violenta disputa armada, com o apoio da Polícia Federal, para evitarem o morticínio do lado dos índios.

E no sábado, 7, dia do leilão dos fazendeiros da Acrissul, haverá no Horto Florestal o Sábado, 7, a partir das 14:00 até 22:00, o Ato Unificado em Favor dos Direitos dos Povos Indígenas do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Mato Grosso do Sul. Que também espera arrecadar alimentos entre outras doações.

Com programação variada, terão diversas atrações. Exposição de 25 Obras de artistas sul-matogrossenses, pintadas no Ato Nacional em apoio aos Guarany-Kaiowá.

Feira de Artesanato Indígena 14h - Abertura

14h30 – Exibição de Filmes e Documentários

16h – Tribuna Livre

16h30 – Música / Teatro / Dança / Performances

18h30 às 20h – Ato de Repúdio à Omissão do Estado

Além do dia especial do Ato Unificado em Favor dos Direitos dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul, as doações já podem ser feitas nos seguintes locais:

Caixa Econômica Federal, CCDH Marçal de Souza, AG: 2224 , Operação : 013, Conta Poupança : 40832—3.

Rua Juruena Taquarrussu, 309, Fone para contato: 3383-0095

Travesa Coronel Edgar Gomes, 49, São Tomé, Campo Grande. Fone para contato: 3325-8378, 3325-9406, 3325-8378.



Funai deve perder poder em demarcação de terras indígenas

SÍTIO FOLHA DO MS, 02.12.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá ter os poderes reduzidos na demarcação de terras indígenas.

É o que prevê minuta de portaria encaminhada pelo Ministério da Justiça ao Congresso Nacional.

Segundo a proposta, outros órgãos federais, estaduais e municipais poderão interferir no processo de criação de reservas indígenas.

O documento foi entregue ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), nesta quinta-feira, 28.

Atualmente, a Fundação é responsável por conduzir todo o processo de análise das futuras áreas.

Com a medida, o órgão será obrigado a seguir critérios e responder questionamentos feitos por prefeituras, governos estaduais, comunidades tradicionais e órgãos federais ligados às áreas de agronegócio, energia, transporte e meio ambiente.

Além disso, a decisão ainda poderá ser antecedida por audiências públicas e câmaras de conciliação a fim de resolver conflitos entre índios e populações atingidas.

Realidade dos Municípios

A atuação da Funai no processo de demarcação de terras indígenas foi fortemente criticada por gestores municipais que participaram de reunião promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) para debater o tema.

A entidade está realizando levantamento junto a todos os Municípios que possuem reservas indígenas a fim de conhecer a realidade vivenciada nessas localidades.

Prefeitos, representantes de agricultores e de comunidade indígena participaram da reunião dirigida pelo presidente da entidade, Paulo Ziulkosk, em outubro.

Na oportunidade, os gestores relataram diversas dificuldades atualmente enfrentadas. Dentre elas, a necessidade de haver uma segurança jurídica aos envolvidos, os impactos sociais e financeiros de expansão na demarcação das terras e a responsabilidade da União para o agravamento da situação.

Congresso Nacional

Os parlamentares que representam o agronegócio têm maioria no Congresso e ameaçam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que repassa a deputados e senadores toda a responsabilidade na criação de terras indígenas.

Com o objetivo de frear a medida, o governo prometeu, em abril, a criação de uma portaria para ampliar o debate sobre a criação de cada terra, antes restrito à Funai.

Segundo o presidente da Comissão da Amazônia, Jerônimo Göergen (PP-RS), a bancada deverá mandar uma contraproposta ao Ministério da Justiça na próxima semana.

Para ele, as mudanças sugeridas na minuta são positivas, mas o parlamentar vai solicitar a ampliação do debate sobre o assunto com outros representantes do agronegócio no Congresso.

Uma de suas propostas é permitir que terceiros acionem a Câmara de Mediação de Conflitos diretamente. Pela minuta, só a presidência da Funai pode fazer isso.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Ministério debate portaria para solução dos conflitos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.12.2013

Com medida, Funai terá poderes para ajudar na resolução de entraves envolvendo demarcação de terras

O Ministério da Justiça recebe contribuições de entidades indígenas, órgãos governamentais e associações de agricultores sobre a minuta de portaria para solução dos conflitos no processo de demarcação de terras indígenas. A medida dará poderes à Fundação Nacional do Índio (Funai) para provocar a mediação de conflitos envolvendo a demarcação de terras pelo Ministério da Justiça.

A nova regulamentação permitirá a participação de órgãos interessados e aumentará a transparência no processo demarcatório. A expectativa do Ministério da Justiça é que o novo procedimento reduza a judicialização e, com isso, agilize a demarcação de terras indígenas em todo o país.

Confira a íntegra da portaria

(<http://www.justica.gov.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C9181D24295222E0142A62AD1704A93>)

Fonte:

Ministério da Justiça



Questão Indígena: CNA afirma que compras de terras pela União só podem ser aplicadas quando houver concordância do produtor

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 02.12.2013

Tendo em vista a recente manifestação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciando a decisão do governo de destinar recursos do orçamento da União à compra de terras para a ocupação indígena em estados onde há conflito agrário, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) esclarece que esta solução só deverá ser aplicada quando houver concordância do produtor, mediante pagamento justo e prévio pela terra e benfeitorias.

A CNA entende que o conflito que traz insegurança jurídica à agropecuária demanda soluções pontuais e urgentes. Adverte, contudo, que a imprescindível paz no campo só se dará mediante a participação de outros órgãos do governo – como a Embrapa e os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – na demarcação de terras indígenas, hoje tarefa exclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Confederação chama a atenção para a necessidade de cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol. Entre as condicionantes já integralmente ratificadas e que são parte do texto constitucional estão as de número 17, que veda a ampliação de terra indígena já demarcada, e 19, que assegura a participação dos governadores e prefeitos no procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas em seus territórios.

O setor agropecuário brasileiro repudia qualquer tipo de pressão do movimento indigenista ou de ONGs internacionais de interesses duvidosos, e não admite recuo na vigência da Portaria 303/2012 da Advocacia Geral da União (AGU).

A CNA entende, ainda, que a Portaria 303, tal como foi concebida, reafirma a obrigatoriedade determinada pelo STF do cumprimento das 19 condicionantes por todos os órgãos do Poder Executivo, entre os quais a Procuradoria da Funai.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil



Exposição sobre 30 anos de lutas dos povos indígenas encerra este mês
SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 02.12.2013



A Exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos ficará até o próximo dia 19, na Praça Externa do Museu da República, em Brasília (DF). Em 2014, a exposição estará em São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Oslo (Noruega), mas as datas ainda estão sendo definidas.

A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil e os 25 anos da Constituição. O projeto é uma

realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do Instituto Socioambiental (ISA). Na abertura, dia 19 de novembro, estavam presentes líderes indígenas protagonistas de vários dos momentos retratados nas fotos, entre eles Raoni Kayapó, Davi Yanomami, Marcos Terena e Álvaro Tukano. Houve, ainda, show da cantora Elle Márjá Eira, do povo indígena Sami, do norte da Noruega.

A exposição é composta por 44 fotos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês. A mostra é composta por 18 totens de 2,39 x 2 m, com imagens de ambos os lados. A iluminação noturna das peças será feita por coletores solares, no topo dos totens.

A maior parte das fotos foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada, inicialmente, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e, a partir de 1994, pelo ISA, com apoio do governo norueguês.

Serviço

Exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos

Para acessar catálogo, folder e outros materiais da exposição: <http://isa.to/expo-pib>

Visita prévia à exposição com lideranças indígenas: 19/11, 16h

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Abertura oficial: 19/11/2013, às 19h30, com coquetel e show musical

Visitação: de 20/11 a 19/12, terça a domingo, das 9h às 18h30, entrada franca

Local: Praça Externa do Museu Nacional, Conjunto Cultural da República

Saiba mais

pib.socioambiental.org

pibmirim.socioambiental.org

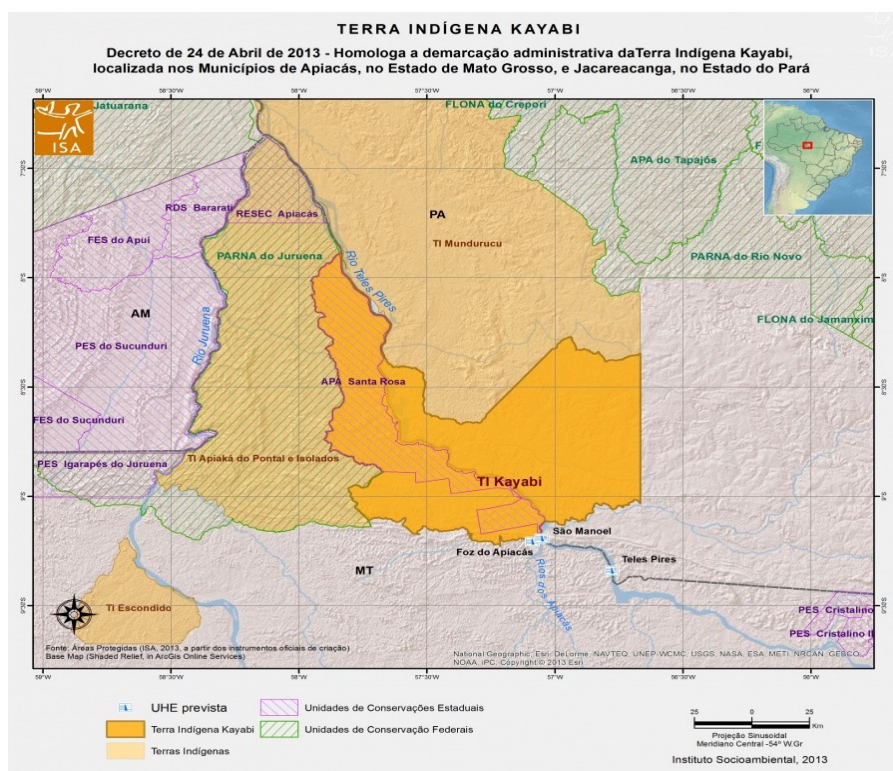
www.noruega.org

Fonte: Da redação do clicabrasilia.com.br



MPF recorre contra suspensão da demarcação de terra indígena em MT

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.12.2013



Catarine Piccioni, Olhar Jurídico

Em despacho divulgado nesta segunda-feira (2), o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliou que é necessário manter a medida cautelar que suspendeu os efeitos do decreto presidencial referente à homologação da demarcação administrativa da terra indígena Kayabi. Ele se manifestou em relação a recurso (agravo regimental) protocolado pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a suspensão.

A questão da terra indígena Kayabi está sendo discutida em ação cível originária movida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso (PGE). Conforme revelado pelo Olhar Jurídico no início de novembro, Fux – na condição de relator e a pedido da PGE – decidiu obstar liminarmente o registro em cartório imobiliário pela União da área demarcada em território mato-grossense, impossibilitando a transferência da propriedade até o julgamento final do processo.

CONT.



Em setembro último, a PGE protocolou a ação no STF para questionar o decreto presidencial, em vigor desde abril deste ano. A procuradoria alega que a homologação estabeleceu um conflito federativo entre a União e Mato Grosso. Isso porque, segundo a ação, a União declarou como suas terras pertencentes ao estado. A PGE quer que o Supremo diga se as terras pertencem ou não aos índios.

“As razões do agravo regimental interposto pelo MPF, que evidenciam a profunda controvérsia em torno do tempo e alcance da ocupação pela comunidade indígena Kayabi da área em disputa, realçam a necessidade de uma análise detida da matéria em litígio após a oitiva das partes, o que reforça a compreensão de que a transferência da propriedade (no início da demanda) pode acarretar uma irreversibilidade fática capaz de comprometer eventual satisfação do pedido formulado judicialmente”, consta do despacho.

Ainda no despacho, o ministro afirmou que vê a “necessidade de manutenção da decisão agravada e, em observância ao contraditório e à ampla defesa, de manifestação de todas as partes antes da submissão do pleito à deliberação definitiva da Corte”. Ele abriu prazo de cinco dias para manifestações da PGE e da União sobre o agravo regimental, recurso que pode gerar a revisão da liminar.



Indígenas declaram guerra à Usina Tabajara em Rondônia

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 02.12.2013

A quarta hidrelétrica na bacia do rio Madeira, prevista no Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC) para iniciar as obras no ano que vem e atualmente em licenciamento ambiental, segundo a assessoria da Aneel, é alvo de uma declaração de guerra de populações indígenas de Rondônia.

Em encontro realizado no fim de outubro, em Humaitá (a 592 quilômetros de Manaus), lideranças do Movimento Indígena Morogita-Kawahiva do Sul do Amazonas e Rondônia prepararam uma carta direcionada ao governo federal sobre sua insatisfação na construção de mais uma hidrelétrica.

De acordo com o documento final, há uma margem de erro de até 20% nas estimativas de alagamento a ser causado pela barragem, o que poderia invadir a Terras Indígenas Tenharim-Marmelo e outras próximas.

Pelo menos 20 etnias estiveram presentes ao encontro, que foi organizado pela Opiam (Organização dos Povos indígenas do Alto Madeira), da qual fazem parte os povos indígenas Tenharim, Parintintim, Mura, Torá, Pirahã, Apurinã e Miranha. Também contou com a participação de representantes dos povos Munduruku (PA), Zoró, Arara, Gavião e Karitiana (RO).

A Usina está em processo de licenciamento ambiental, previsto para ser encerrado em dezembro. Está sendo planejada para ser instalada no rio Machado ou Ji-Paraná, o principal afluente do rio Madeira, onde já estão Jirau, Santo Antônio e Samuel. "Simplesmente ficaria a menos de 800 metros da terra tenharim. Essa hidrelétrica não é bem-vinda, vai mexer em todo o ecossistema e nada trará para nosso bem", disse Ivanildo Tenharim, um dos organizadores do encontro ao Portal Amazônia Real.

Segundo anunciado pelo governo federal, a usina está planejada para potência instalada de 350 megawatts e capacidade para gerar 192 MW de energia elétrica, utilizando o sistema com operação a fio de água e nível de operação a 80 metros com três turbinas.

Nos anos 80 e 90, houve várias discussões para a instalação de uma hidrelétrica no mesmo local, mas as comunidades indígenas e a população de Rondônia se opôs e conseguiu adiar o projeto, agora retomado.

O documento lista vários desastres que podem ocorrer com a construção da hidrelétrica como: submersão de áreas de floresta; submersão quase total das cachoeiras que ficam entre a Cachoeira do Quatá e a Dois de Novembro; além da supressão de ilhas, lagoas e praias da região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

A doutoranda em sociologia da Universidade de Campinas (Unicamp) e moradora de Ji-Paraná, Renata Nóbrega, escreveu artigo em 2009 em livro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), "Relatório de Conflitos Sociais no Complexo Madeira", onde faz um histórico sobre a ambição do governo federal sobre os rios da região.

"Há mais de vinte anos os Arara e os Gavião tentaram convencer ELETRONORTE e os defensores do projeto de hidrelétrica que sua terra não tem preço e não está à venda. Não há indenização que pague o valor simbólico e político que a terra tem para eles, especialmente no caso da inundação de cemitérios", diz o artigo.

Fonte: Liège Albuquerque/Rondoniareal



MPF/PA: audiência pública sobre gestão da reserva Tapajós-Arapiuns será nesta sexta-feira

SÍTIO MPF, 02.12.2013

A importância de uma gestão democrática e participativa para a reserva extrativista (resex) Tapajós-Arapiuns, no oeste paraense, será discutida esta semana em audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA). O evento será realizado na sexta-feira, 6 de dezembro, às 9 horas, na sede do clube Cruzeiro, na comunidade de Solimões, na resex, em Santarém.

Criada em 1998 com 647 mil hectares nos municípios de Santarém e Aveiro, a resex é composta por várias comunidades agroextrativistas, indígenas e não indígenas. O objetivo da audiência pública convocada pelo procurador da República Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes é que essas comunidades comecem a construir um diálogo permanente entre si e com órgãos governamentais com atuação na área.

Além de todas as comunidades, instituições e cidadãos interessados, foram convidados para a audiência pública representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), da Secretaria Municipal de Educação de Santarém (Semed), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Conselho Indígena do Tapajós (Cita) e da organização não governamental Terra de Direitos.

Conselho - Em junho deste ano, portaria do ICMBio renovou a composição do conselho deliberativo da resex. De acordo com a portaria 196, o conselho será presidido pela chefia da unidade de conservação e composto por representantes do ICMBio, do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), da Ufopa, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), do Escritório Local de Santarém da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), da secretaria municipal de Mineração e Meio Ambiente de Aveiro (Semma), da prefeitura de Santarém, e das câmaras municipais de Aveiro e Santarém.

Além deles, vão integrar o conselho representantes da sociedade civil, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aveiro, do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária, do Conselho Indígena do Tapajós, do Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental, da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Tapajoara), entre outros.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 3299-0177
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA
<http://www.facebook.com/MPFPara>

Inédito no País, concurso para professor indígena da Bahia abre inscrições
SÍTIO NE 10, 03.12.2013



Escola indígena na aldeia de Mirandela atende ao povo Kiriri será uma das contempladas com novos professores
Foto: Lisbela Lessa/cortesia

Mellyna Reis Do NE10/Bahia

Estão abertas a partir desta terça-feira (3) as inscrições do primeiro concurso público do País para o cargo de professor indígena. Anunciado pelo governo da Bahia no Diário Oficial do último fim de semana, o certame oferece 390 vagas do Grupo Ocupacional Educação, quadro que pertence ao Magistério Público do Estado.

Para se inscrever, o candidato tem de ser indígena e, prioritariamente, pertencer à aldeia onde deverá exercer as atividades. O concurso será realizado pela Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos (Consultec) e os aprovados serão lotados de acordo com a Diretoria Regional de Educação (Direc)/município/aldeia/escola. Haverá reserva de 5% das vagas para portadores de deficiência física.

» Clique [AQUI](#) para conferir o edital do concurso

Os novos professores irão atuar em 19 escolas que funcionam em aldeias indígenas nos municípios de Ilhéus, Buerarema, Pau Brasil, Santa Cruz de Cabralia, Prado, Rodelas, Abaré, Glória, Banzaê, Euclides da Cunha, Ibotirama e Muquém do São Francisco.

As inscrições serão feitas exclusivamente pela internet até o dia 12 de dezembro, pelo endereço www.consultec.com.br. A taxa de inscrição custa R\$ 15. As provas objetivas e discursivas serão aplicadas no dia 12 de janeiro de 2014.

Médicos cubanos chegam a MT para atuar em aldeias indígenas e PSFs

SÍTIO MT ESPORTE, 03.12.2013



Dos 36 médicos cubanos que desembarcaram em Cuiabá neste domingo (1º), 22 irão atuar em aldeias indígenas, nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, por meio do programa federal 'Mais Médicos'. A maioria deles nunca pisou em uma aldeia, tão menos teve qualquer contato com índios. Esse é o caso de Gilberto Perez, que já tem 22 anos de experiência na área de atenção básica de saúde, um dos quatro profissionais contratados para trabalhar no Parque Nacional do Xingu.

"Nunca fui em uma aldeia indígena, mas acredito que será uma boa experiência", disse o médico, que nesta segunda-feira (2)

começou a participar de um treinamento oferecido pela Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso (SES), que terá a duração de uma semana. Antes disso, ele e os colegas passaram por outra capacitação de 15 dias, oferecida pelo Ministério da Saúde, em Brasília. "Viemos para ajudar o povo brasileiro e queremos melhorar a saúde do país. Vamos fazer a mudança no Brasil", declarou o médico, que deixou a família em Cuba para trabalhar no Brasil.

Porém, não é a primeira vez que ele deixa o país de origem para atuar em território estrangeiro. Gilberto e o colega, Noé Camon Perez, ficaram sete anos na Venezuela. "Daqui um ano voltaremos para Cuba e ficaremos um mês de férias", disse Noé, que tem 20 anos de carreira e irá atender no Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu. O programa permite que os profissionais escolham a região do país em que desejam morar e trabalhar.

Como vivem em um país socialista, o salário não é preocupação para os profissionais. Por várias vezes, eles se esquivaram das perguntas acerca da remuneração salarial, de R\$ 10 mil, paga pelo governo federal. "O salário é bom e, com esse dinheiro, vou ajudar o meu país", afirmou Alexander Marchena Sosa.

Ele disse que não se preocupa, pois em Cuba possui um salário pago pelo governo que dá para custear as despesas da família. "Meu governo é encarregado de tudo que acontece com minha família. Isso não é nossa preocupação, porque temos saúde e educação para os nossos filhos", relatou.

Segundo Alexander, além de poder ajudar o seu país com o dinheiro recebido com o trabalho desenvolvido no Brasil, analisou outros critérios antes de decidir vir para o país. "A relação do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Brasil com Cuba é muito boa, então um dos critérios foi a solidariedade e estamos interessados em ajudar o nosso governo", contou. Ele e os outros médicos passam por treinamento no Hotel Fazenda Mato Grosso, em Cuiabá.

Com essa nova 'remessa', chega a 42 o número de cubanos atuando no estado por meio do 'Mais Médicos'. A previsão, de acordo com a secretária-adjunta de Gestão Estratégica da Secretaria Estadual de Saúde, Marlene Anchieta, é de que até abril do ano que vem mais de 200 médicos já estejam trabalhando. Os primeiros chegaram em outubro deste ano. Ela explicou que, no caso de Cuba, a negociação e pagamento de salário é feita toda com o governo cubano, que repassa o dinheiro para as famílias dos profissionais.

O Distrito Indígena que vai receber maior número de profissionais é de Cuiabá. Serão seis médicos para essa unidade. Para os outros quatro distritos, do serão destinados quatro.

Os outros 13 médicos vão atuar nos postos do Programa de Saúde da Família (PSF) dos municípios de Cáceres, Campinápolis, Chapada dos Guimarães, Colniza, Comodoro, Cotriguaçu, Nova Nazaré, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Redação Florestanet com Fonte: G1

Nota do Tribunal Popular: Cacique Ambrósio, presente!

SÍTIO CSP CONLUTAS, 03.12.2013



A terra do Cacique Ambrosio, na década de 90, foi declarada como Terra Indígena pela Funai

Estamos de luto! Seguimos na Luta!

Na noite deste primeiro de dezembro de 2013, mais uma liderança Guarani Kaiowá é assassinada em Mato Grosso do Sul (MS). Dessa vez, tombou o Cacique Ambrósio Vilharva, lutador dos direitos dos povos indígenas.

Nos próximos dias, é certo que leremos nos jornais e assistiremos na TV, tentativas forçadas para explicar a morte do cacique – personagem principal do filme “Terra Vermelha” (2008), que retrata a luta do povo Kaiowá e Guarani em MS e sujeito histórico do combate cotidiano entre indígenas e

latifundiários-capitalistas no Estado. Independentemente de qual caminho essas investigações vão tomar, é fato que as mortes que hoje acontecem em MS, tem a anuência do Estado brasileiro que torna-se cúmplice dessa barbárie ao não demarcar as terras do povo Kaiowá e Guarani e todos as demais reivindicadas pelos povos tradicionais no Brasil.

A terra do Cacique Ambrosio, Aldeia Guyraroká, localizada no município de Caarapó, a partir da década de 1990 foi declarada como Terra Indígena pela Funai e desde então a área de aproximadamente 11.440 ha nunca esteve sob posse dos indígenas, mesmo depois da Portaria do Ministro de Estado da Justiça nº 3.219, de 2009, que garantia justamente a posse permanente da área. Os Kaiowá e Guarani, hoje, não ocupam mais que 50ha da área total de Guyraroká. Ao mesmo tempo, convivem com a produção de soja e cana-de-açúcar, cultivadas para exportação em suas terras originárias.

Com base no zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, o MPF já solicitou o fim dos financiamentos públicos para as empresas que produzem nas Terras Indígenas, bem como a imediata interrupção das referidas produções. Tratam-se de monopólios mundiais, como é o caso da Cosan, a maior companhia do chamado agronegócio brasileiro. Em MS, por exemplo, a “Unidade Produtora de Caarapó”, conhecida como Raízen, uma junção da Shell e Cosan, produz e processa a cana-de-açúcar em Guyraroká. Os crimes contra os direitos humanos são inumeráveis e de modo incontestável a não demarcação das terras indígenas, deixa em permanente estado de tensão estas áreas, sejam as regiões de retomada ou as cidades do entorno das terras, que apresentam um crescente ódio contra os indígenas.

Ódio e racismo que são alimentados por muitos dos senhores da guerra, que vivem amparados

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

pelos direitos sagrados do agronegócio, que se organizam em uma bancada no congresso nacional de mais de 130 deputados que defendem publicamente o genocídio dos povos indígenas. Estes mesmos senhores que anunciam para o próximo dia 07 de dezembro a realização de um leilão de gado, para armar suas milícias. Estes mesmos senhores, como o Sr. Deputado Estadual José Teixeira, integrante do Partido Democratas (DEM) que se reivindica proprietário de parte das terras que constituem a Aldeia Guyraroka e tem seu filho e capangas acusados pelo MPF, por homicídio doloso de uma criança Kaiowá e Guarani de 4 anos, expulsa junto aos seus parentes pela lei da bala de seu território ancestral. Até hoje o caso não foi julgado. Mais uma morte que se soma a impunidade que vivemos.

Não é possível que o Estado brasileiro, não seja também responsabilizado pelas mortes do Kaiowá e Guarani em MS e por todos os demais crimes contra os povos indígenas. Este etnocídio coloca o Brasil no topo dos maiores violadores de direitos humanos do mundo.

Por fim, mais uma vez (e sempre!) o Tribunal Popular, se solidariza com o povo Kaiowá e Guarani e todos os povos indígenas do Brasil e exige a imediata demarcação e homologação de todas as terras de todos os povos em nosso país!

CACIQUE AMBRÓSIO PRESENTE!!!



Queiram gentilmente concordar com seu próprio extermínio, diz MJ

SÍTIO CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 03.12.2013

Por Daniel Calazans Pierri

A irresponsabilidade e o cinismo do Governo Federal em relação aos povos indígenas atingiu um patamar inimaginável, com a divulgação nos últimos dias de uma minuta de portaria para "regulamentação" do Decreto 1775/1996, dispositivo que rege o já complicado e lento processo administrativo de regularização de terras indígenas no país.

Não é novidade para ninguém o cenário de calamidade em que se encontram as comunidades indígenas que ainda não tiveram suas terras demarcadas, especialmente em Estados como o Mato Grosso do Sul, o Paraná e o Rio Grande do Sul. Os índices de assassinatos, suicídios, violência de todo tipo, sem falar na falta de acesso a direitos sociais elementares de cidadania, iniciando pelo simples registro civil dos indígenas, são de não fazer inveja para os episódios mais sombrios da história humana e exigiria um esforço sincero do Governo para a reversão deste quadro.

Depois de um banho-maria de meses, nos quais ficaram paralisados todos os processos de demarcação de terras sob pretexto de fazer avançar um novo marco regulatório que traria ao Governo o mágico poder de "mediar" conflitos históricos sem tomar posição, eis que o Ministério da Justiça traz à tona esta portaria desastrosa, que terminará por inviabilizar os processos de demarcação justamente nessas regiões onde o conflito é latente, estrutural, e tão arraigado historicamente que certamente ainda trará grande dor de cabeça para este Governo que prefere tapar o sol com a peneira, e seguir fazendo valer suas alianças de governabilidade acima de qualquer bom senso em relação à realidade.

A medida é irresponsável porque metade da população indígena do país que se encontra fora da Amazônia segue existindo, com taxas de crescimento demográfico altas, e confinadas em espaços diminutos de terra, depois de passarem por processos violentíssimos de expropriação sobretudo no século XX. É o caso dos 40 mil guaranis e kaiowas que habitam o Mato Grosso do Sul, e também dos guaranis das regiões Sul e Sudeste, e dos povos do nordeste. Eles continuarão aí, lutando por suas terras e pelo futuro de seus filhos e netos, com a mesma força e persistência que vêm demonstrando ao longo dos quinhentos anos de invasão. Lula disse, em visita recente na qual costurava apoio dos ruralistas no Mato Grosso do Sul para a reeleição da presidenta Dilma, que ela deveria tomar imediatamente para sua mão a "saída para os conflitos" para que tivesse efeito em "tempos de paz", porque "na hora que começar a guerra vai ser muito mais difícil, muito mais caro e muito mais complicado". Se os tempos já não são de paz, como finge crer o ex-presidente, a completa paralisação dos processos de demarcação certamente levará a uma guerra cada vez mais intensa.

O problema é que o Governo tem deixado claro a quem prestará apoio durante esta guerra.

CONT.



Enquanto fazendeiros são acusados frequentemente de encomendar assassinatos de lideranças indígenas, especialmente no MS, e o Governo nada faz para apurar, conter a violência ou proteger os indígenas, as retomadas de terras, que restam como o último recurso dos índios diante de um cenário como esse, são cada vez mais criminalizadas. Neste mesmo mês, o MJ já lançou uma outra portaria neste sentido, na qual envia tropas da Força Nacional para o MS numa clara tentativa de inibir a luta dos Guarani, Kaiowa e Terena. Nas agora chamadas "Câmaras de Mediação" que o MJ tem criado para "mediar conflitos", o Ministro Cardozo nada mais faz do que chantagear os índios dizendo que não fará avançar os processos das terras nas quais eles façam retomadas. Se não fazem retomadas, ele não faz nada para avançar porque teria que ouvir a deus e o mundo antes de tomar qualquer decisão; se fazem, ele não faz nada porque arrumou um pretexto para isso.

Mas além de irresponsável a recém divulgada "portaria regulatória" do MJ, que teve grande contribuição da AGU e da Casa Civil, é trazida a público com o gesto de maior cinismo que poderíamos imaginar. Depois de meses de discussão a portas fechadas, o MJ divulga a portaria já pronta apresentando-a à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), sob pretexto de consulta. Simultaneamente, apresenta-a ao Congresso dos Ruralistas, que não perderão a oportunidade para tentar deixar a tal portaria ainda pior e enterrar de vez qualquer tentativa de solução para o conflito que não seja a eterna submissão dos índios a uma situação de desgraça, a caminho de mais um ciclo de genocídio. Além de se submeter ao genocídio, restaria ainda aos índios representados pela sua bancada na CNPI ter de referendar o processo, para que o Governo não precisasse sentir-se sozinho como o grande responsável por esse ato desastroso. Mas as lideranças indígenas da CNPI e de todo Brasil certamente não cederão a esse capricho cínico, e expressarão toda a sua revolta dando a responsabilidade a quem merece, como já sinalizaram através de nota da APIB.

Mais uma vez será necessário um grande esforço da sociedade e do movimento indígena para conter essa medida, já que o Governo Dilma insiste com todos os meios de que tem, em ser registrado na História como o grande algoz dos indígenas durante o período "democrático". O que não é de se admirar se consideramos que as analogias entre a política da Ditadura Militar e a do Governo Dilma são muitas e se expressam em vários campos, a ponto de nos perguntarmos se não estaríamos diante de um caso político da Síndrome de Estocolmo. A portaria proposta pelo MJ agora é a reedição exata do modelo de demarcação de terras indígenas que vigorava durante o regime de exceção, no qual as decisões de caráter técnico eram submetidas aos acordos políticos do chamado "grupão", como já se notou desde que seu embrião foi anunciado pela Ministra Gleisi. Um enorme retrocesso, em suma. Para não falar da adoção de um modelo econômico baseado no crescimento a qualquer custo e na primarização centrada na exportação de commodities, outra marca da Ditadura, o Governo Dilma repete condutas ainda mais graves e surpreendentes, como a edição de leis de exceção (como a Lei Geral da Copa e a Lei Antiterrorismo) para fazer passar a Copa do Mundo em um país que desde de junho tem provado não ser este mar de submissão que os analistas pintavam. Se aos índios só resta mais uma vez a mobilização de base, a sociedade toda deve ficar alerta para que o Governo não procure a "saída para os conflitos", de que falava o ex-presidente, na criminalização da resistência indígena, como cada vez mais parece querer fazer ser o caso.

Daniel Pierri é representante do CTI na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

APOIEM A MANIFESTAÇÃO NESTA QUARTA-FEIRA, DIA 4, CONTRA A PORTARIA DO MJ, E TODAS AS MEDIDAS ANTI-INDÍGENAS EM CURSO

Apib divulga nota em repúdio a tentativa do governo de modificar procedimento de demarcação

SÍTIO CIMI, 03.12.2013



APIB: NOTA DE REPÚDIO AO PROPÓSITO DO MINISTRO DA JUSTIÇA JOSÉ EDUARDO CARDOZO DE MUDAR O PROCEDIMENTO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), considerando a decisão do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo de tornar pública a sua decisão de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, estabelecido pelo Decreto 1775/96, vem de público repudiar esta outra medida de afronta grosseira ao direito originário dos nossos povos às terras que tradicionalmente ocupam, postergando, mais uma vez, indefinidamente o dever do Poder Executivo de demarcar e proteger essas terras, conforme determina a Constituição Federal.

Submisso aos propósitos do latifúndio, do agronegócio e de outros capitais interessados nos territórios indígenas e suas riquezas, o governo Dilma confirma com esta medida, se efetivada, o seu viés anti-indígena: o que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos indígenas, por meio de decretos e portarias inconstitucionais.

A proposta de portaria de mudança do procedimento administrativo de demarcação vem não só se somar, mas reiterar os propósitos da Portaria 419/2011, da Portaria 303/2012, do Decreto 7957/2013; das PECs 215/2000, PEC 237/2013 e PEC 038/1999; do PL 1610/1996 e do PLP 227/2012. Todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas, reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados, além de facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos nossos territórios e suas riquezas. A proposta de Portaria entrega ao comando dos nossos inimigos o destino dos nossos povos e suas futuras gerações, cuja vida não tem sentido sem suas terras garantidas.

Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos, de criminalização e de violência contra os nossos povos e comunidades que inúmeras vezes têm reafirmado lutar até as últimas consequências na defesa de seus direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

O governo, no entanto, por meio do Ministério da Justiça, ainda tenta inescrupulosamente envolver lideranças indígenas, que fazem parte da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), na legitimação dos seus torpes propósitos.

Por tudo isso, a Apib chama a todos os povos, organizações e lideranças indígenas do Brasil a permanecerem unidos no repúdio e pela rejeição total a esta nova tentativa de reduzir os direitos indígenas originários assegurados pela Carta Magna.

Brasília – DF, 02 de dezembro de 2013.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB



Produtores rurais x indígenas: Inversão de valores
SÍTIO SISTEMA FAMASUL, 03.12.2013

José Roberto Teruel*

Neste Governo, o silvícula do Brasil têm mais prestígio do que o cidadão que paga seus impostos e está sujeito aos rigores da lei, contrário do índio que não tem nenhum compromisso perante a Constituição Brasileira e ainda são protegidos em nome da preservação étnica. O índio é um fora da lei segundo a própria Constituição.

No Brasil a lei da selva está sendo aplicada aos produtores rurais. Estamos assistindo a maior das agressões sofrida por essa classe, até hoje, imposta pelo Governo Federal. Quem está no comando da FUNAI? Será um Sociólogo? Será um Antropólogo? Um técnico, conhecedor dos problemas do campo, ou será um político, cabo eleitoral do Governo Federal!!!.

É notório que a classe produtora rural nunca foi simpática ao governo do PT, temendo a reforma agrária. Este temor foi amenizado após os oito anos do Partido dos Trabalhadores no poder. Mas e agora? Até quando o produtor rural vai conviver com esse terrorismo?

Como justificar uma atitude insana de tamanha agressão. Tirar propriedades produtivas das mãos de cidadãos produtores que contribuem para o progresso e a riqueza da nação para entregar a silvículas que nunca trabalharam, nunca pagaram impostos e nem produziram um centavo de riqueza nacional.

Se partirmos do princípio de que os índios foram os primeiros habitantes destas terras até que os portugueses invadiram no ano de 1.500, todo o território brasileiro pertence a eles. O que está sendo feito é um precedente onde os índios poderão reclamar qualquer parte do território brasileiro. Por que a demarcação está sendo pontual apenas em terras produtivas e valorizadas, de varias partes do Brasil? Seria isso uma discriminação ou interesses ocultos?

Essa raça humana deve ser preservada no seu habitat natural com seus costumes e cultura. Sua sobrevivência deve ser da caça e da pesca. O Governo deveria demarcar as reservas na selva onde o processo evolutivo da espécie se desenvolvesse originalmente. Existe muito espaço na selva amazônica, não há necessidade de demarcar terras donde o progresso já chegou. Se estas terras pertencem aos índios, deveriam ter sido demarcadas quando ainda era selva preservando não só a etnia, mas também a biodiversidade.

Nas regiões de garimpo e extração de madeira, no Estado do Pará, onde os índios assumiram o controle das atividades, a extração de minério e de madeira, ilegais, continua agora com a participação dos índios que arrendam para o homem branco e recebem renda sem produzir nada. O que vemos hoje são índios desfilando com caminhonetes novas e até avião particular, naquela região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Nas áreas onde os legítimos produtores foram expulsos, toda a estrutura produtiva ficou abandonada sem que os índios tivessem condições técnica ou cultural para continuar explorando. Algumas áreas os próprios produtores expulsos continuaram plantando mediante o pagamento de renda sobre a produção. Isso é uma extorsão dos índios encima do produtor que precisa pagar para produzir na propriedade que lhes pertence. Considerado ilegal o arrendamento de terras indígenas, estes produtores ainda correm o risco de serem punidos e presos.

Agora que o progresso chegou trazendo asfalto, comunicação, conforto e as terras valorizaram, aparece o índio dizendo ser dono de tudo. Por que não apareceu quando ainda era terra bruta sem conforto e sem valor. O progresso existente nessas áreas custou sangue e suor de cidadãos, verdadeiros heróis, que enfrentaram todo tipo de dificuldade expondo sua família, com filhos pequenos, a doenças e outros tipos de perigo. Onde estavam os índios nessa ocasião? Porque não reclamaram naquela época? Oportunismo? Ambição? Vigarice?

ESSA FUNAI PRECISA PASSAR POR UMA INVESTIGAÇÃO, algo muito estranho está acontecendo e os responsáveis não podem ficar impunes. Não é possível tamanha falta de bom senso, falta de respeito pelos direitos adquiridos legitimamente com trabalho. Foram vidas sacrificadas para alcançar o estágio atual. Não podemos permitir que políticos sem escrúpulos e funcionários públicos desonestos, de plantão, se achem no direito de praticar uma barbárie dessa natureza contra o cidadão trabalhador, contra a economia do País e contra todos os princípios da moralidade, da decência e do patrimônio adquirido com trabalho incansável, persistente e honesto. Aqui não existiu dinheiro na cueca, na meia, na mala preta, do mensalão ou propina de licitações, foi SUADO mesmo. A impunidade não pode prevalecer mais uma vez.

*Produtor rural de soja, milho, arroz e gado de cria de 1980 a 2000.

Empresário de Aviação Agrícola no ramo de pulverização aérea de lavouras de soja, milho, arroz e cana de 1972 a 2000.

Autor dos projetos agropecuário: Menos inflação com mais produção – lei da oferta e procura (1985), Estoque de alimentos: estratégia de combate à inflação (1986), Produção agropecuária: suporte econômico da nação (1988)

Especialização em Justiça Restaurativa - Escola Superior da Magistratura – AJURIS 11/11/2011. Porto Alegre/RS.

Pós-graduando em Psicopedagogia pela Universidade Anhanguera Educacional de Campo Grande/MS.

Fonte: José Roberto Teruel

Sogro de cacique é detido sob suspeita de matar líder indígena a facadas

SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 03.12.2013

Cacique chegou ferido em casa, onde acabou morrendo.



Cacique chegou ferido em casa, onde acabou morrendo. Foto:
Sidnei Bronka

Horas depois do assassinato do cacique Ambrósio Vilhalva, 52 anos, a Polícia Civil de Caarapó encontrou o suspeito do crime. Ricardo Mendes Quevedo, 54, detido para averiguação, é sogro do líder indígena e suspeito de ter esfaqueado o genro na madrugada desta segunda-feira(2) por causa de desentendimentos familiares.

De acordo com o delegado Benjamin Lax, responsável pelas investigações, a esposa de Ambrósio afirma ter corrido do cacique momentos antes de ele morrer. Ela também contou que seu padrasto, Ricardo Mendes, foi o autor das facadas.

“A história tem diversas contradições. Ainda não sei se é dificuldade da língua ou porque a história é fantasiosa mesmo. A princípio, ele foi detido porque eu tenho uma testemunha. Ainda não terminei o flagrante e o caso segue em investigação”, afirmou.

Assassinato – O líder indígena foi morto a facadas na madrugada desta segunda-feira. Ele teria chego sangrando em sua casa, na aldeia Guyraroká, onde morava com as três esposas. A família tentou socorrê-lo e acionou a polícia, mas ele morreu dentro do barraco.

A vítima estaria bebendo em companhia de amigos, quando o crime aconteceu. A polícia e a perícia técnica apreenderam uma faca com vestígios de sangue e dois indígenas foram levados à delegacia para prestar depoimento.

campograndenews



Concluído inquérito de indígena morto no interior do MS: assassino está foragido no Paraguai

SÍTIO MIDIAMAX, 03.12.2013

A Polícia Civil de Paranhos concluiu nesta terça-feira (03) o inquérito policial do assassinato do indígena Celso Figueredo, morto dia 12 de junho no interior da fazenda Califórnia, entre Paranhos e Sete Quedas. Celso Figueredo e seu pai, Alexandro Figueredo, caminhavam da aldeia Paraguassu para o interior da fazenda, quando Celso foi atingido por uma pessoa de toca e capacete de motocicleta.

Segundo Alexandre, o atirador usou uma espingarda para um único tiro e depois efetuou dois disparos com uma pistola. Pessoas ligadas à fazenda Califórnia e à aldeia foram ouvidas, sendo descartado em primeiro momento qualquer conflito agrário, tratando-se de fato isolado.

Foi localizada uma espingarda, munições e blusa com sangue na casa de Ivonei Gabriel Vieira, funcionário da fazenda. Mas foi descartado qualquer envolvimento do empregado através de depoimentos e laudos que apontaram que não havia relação entre a arma usada no crime e a espingarda, além do exame pericial que revelou que os vestígios de sangue localizados na blusa de frio não são de sangue humano.

O homem certo

Na aldeia Paraguassu, os investigadores identificaram um único desafeto de Celso, o indígena Silvio Vilhalva. Os dois haviam discutido uma semana antes de o crime ser cometido e quase entraram em conflito por motivos de acerto de contas sobre diárias recebidas e não repassadas a Celso.

Silvio foi procurado por diversas vezes na aldeia e não foi encontrado. Co-autor no homicídio da indígena Angela Duarte na mesma aldeia, dois anos atrás, Silvio cometeu diversos crimes, entre eles vários furtos na região.

Foragido

De acordo com informações colhidas na aldeia, Silvio fugiu para o Paraguai após perceber a presença da Polícia Civil. O Delegado Rinaldo Moreira, que presidiu as investigações, pediu à Justiça a prisão preventiva de Silvio Vilhalva, estando este foragido em território paraguaio. O Inquérito Policial foi encaminhado concluso esta semana ao Poder Judiciário.

Comitê avalia ações dos projetos de gestão indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 03.12.2013

Medida tem como objetivo fortalecer práticas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais



Evento teve como objetivo principal discutir o andamento do Projeto GATI

A Reunião Ordinária do Comitê Diretor do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Projeto GATI) teM como objetivo principal discutir o andamento do Projeto GATI, avaliar as ações realizadas e planejar as atividades para 2014. O encontro aconteceu nos dias 27 e 28 de novembro, na Casa das Nações Unidas, em Brasília.

O Projeto GATI tem como objetivo principal o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, contribuindo ao reconhecimento das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da

diversidade biológica e cultural dos biomas florestais brasileiros.

O Projeto é fruto da parceria do movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O GATI é considerado um projeto piloto da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI. O projeto abrange oito núcleos regionais com 32 terras indígenas que são as áreas de referência do projeto.

O Projeto possui três linhas de ação:

O fortalecimento e a estruturação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;

A elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas e a consolidação de uma rede de experiências de gestão; e

O apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, produção agroecológica e boas práticas de extrativismo nas áreas de referência.

O Comitê Diretor (CD) do GATI é a instância máxima do Projeto e se reúne periodicamente para elaborar os Planos Operativos Anuais (POAs), programar a aplicação dos recursos e avaliar as atividades executadas e em andamento. O CD é constituído por seis membros de organizações indígenas regionais (ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, APIB, Articulação do Mato Grosso e COIAB), três membros do MMA e três membros da Funai. O PNUD e a organização

CONT.



The Nature Conservancy (TNC), que também apoia o projeto, participam como observadores.

Informes e debates

Com base nas linhas de ação do GATI, os coordenadores e assessores do Projeto apresentaram o balanço de atividades e execução financeira de 2013. Entre os assuntos apresentados e discutidos foram: instalação do Comitê Gestor da PNGATI, Curso Básico de Formação em PNGATI, Planos de Gestão Ambiental-PGTAs, Centros de Formação Indígena, financiamento de Microprojetos, Cartas de Acordo com instituições parceiras para implementação regional do Projeto, Situação dos Conselhos Regionais, Intercâmbios entre povos indígenas e outras questões de cunho administrativo.

Em relação ao Curso Básico de Formação em PNGATI, relatou-se que a iniciativa já está em andamento, com bons resultados iniciais. Um exemplo citado foi a realização do primeiro módulo do Bioma Mata Atlântica, ocorrido de 17 a 22 de novembro na Academia Nacional da Biodiversidade (Acadebio) em Iperó-SP, com a participação de cerca de 30 lideranças e gestores indígenas e servidores da Funai e ICMBio. O processo de formação visa nivelar e qualificar entendimentos básicos necessários para a compreensão do conceito de gestão ambiental e territorial, aproximando os participantes para a implementação conjunta da Política. Em 2014 esta formação se dará em novas frentes, como o Nordeste e Cerrado.

Em relação aos Planos de Gestão Ambiental (PGTAs) discutiu-se o atual panorama das áreas de referência do projeto, sendo que algumas Terras Indígenas já possuem planos e precisam atualizá-los; outras áreas estão em processo de elaboração e/ou implementação; e ainda há aquelas que estão discutindo iniciativas neste sentido.

Para 2014 as ações nessa linha variam desde a realização de reuniões nas áreas do GATI para discutir o tema, a realização de oficinas de etnomapeamento e etnozoneamento como também a atualização de PGTAs já elaborados. Na ocasião, também foi anunciada a reimpressão da publicação: "Orientação para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas".

Outro destaque nos informes foi a realização dos intercâmbios, com povos indígenas das regiões Sul, Sudeste e Pantanal (MS) visitando Centros de Formação Indígena (CFI) na Amazônia, a fim de subsidiar as discussões nas suas regiões quanto à implementação de iniciativas de formação.

Um dos momentos citados foi a visita dos indígenas Terena e Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul ao Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol do Conselho Indígena de Roraima (CIR) em junho de 2013. Outros intercâmbios, oficinas e cursos realizados buscaram fortalecer redes de experiências e ações de promoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs), agroecologia e recuperação ambiental, entre outros temas.

Entre os exemplos citados foram as oficinas ocorridas na Terra Indígena Ibirama (SC), onde foi demonstrado o uso do fruto da palmeira jussara, para preparação de suco equivalente ao açaí. Essas iniciativas também terão continuidade em 2014.



Avaliação Final

Na avaliação final da reunião, os membros do Comitê Diretor concluíram que apesar das dificuldades enfrentadas, as ações do GATI deram um salto positivo em relação aos anos anteriores e avaliaram que 2013 foi um ano com muitas ações realizadas.

De acordo com Francisco Apurinã, membro indígena do Comitê Diretor, representando a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a cada ano que passa, é visível que a implementação do projeto é uma realidade. "Cada vez mais estamos vendo que as ações do GATI estão chegando na ponta, ou seja, nas comunidades indígenas. Pudemos perceber diversas atividades ocorrendo em campo, esperamos que ano que vem o projeto possa alavancar ainda mais suas ações", disse.

Para Carolina Comandulli, Diretora Nacional do Projeto GATI e Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, o projeto tem sido um grande exercício de aprendizagem para todos os envolvidos na sua execução. "Um dos grandes ganhos para todos foi iniciar um projeto efetivamente participativo e dialogado, olhando para autonomia dos povos indígenas e, sobretudo olhando para as Terras Indígenas como áreas efetivamente protegidas e preservadas", enfatizou.

O Oficial de Programa do Projeto GATI no PNUD, Carlos Castro, enfatizou a importância do compromisso de todos para que em 2014 o Projeto consiga cumprir seus objetivos. "Já estamos com instrumentos e mecanismos de implementação, agora é necessário o empenho de todos, para que no ano que vem tudo aconteça de forma efetiva e assim consigamos mais apoio ao Projeto GATI", afirmou.

Encontro com o Coordenador Residente do Sistema ONU no Brasil

Durante o evento, os membros indígenas do Comitê Diretor tiveram a oportunidade de se reunirem com o Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek. Na ocasião, os indígenas destacaram a importância do apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) às iniciativas para povos indígenas como é o caso do Projeto GATI.

"As parcerias são sempre muito importantes. E o PNUD vem como um órgão essencial para apoiar a implementação tanto do projeto GATI quanto da política nacional – porque é importante que tenhamos um órgão de peso das Nações Unidas apoiando e acompanhando isso, o que, de fato, fortalece cada vez mais os povos indígenas", afirmou Sonia Guajajara, membro do Comitê Gestor e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Jorge Chediek destacou que é um defensor dos direitos indígenas e se comprometeu em buscar novas fontes de financiamento para apoiar o Projeto, inclusive junto a outras agências da ONU no Brasil.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



Suspeito de assassinar liderança indígena é preso

SÍTIO DOURADOS NEWS, 03.12.2013

Adriano Moretto, com Osvaldo Duarte

A polícia prendeu na tarde de ontem (2) em Caarapó, Ricardo Mendes Quevedo, 54, morador na aldeia Guyraroka, naquele município. Ele é acusado pelo assassinato do cacique Ambrósio Vilhalva.

Quevedo foi preso após a constatação da morte do líder indígena. Segundo as informações colhidas no local, ambos possuíam uma rixa antiga e ele teria intenção de 'tomar' o lugar da vítima.

Durante depoimento, o acusado negou o crime, porém, testemunhas contaram que o avistaram entrando na casa de Ambrósio no dia do incidente. O indígena foi autuado em flagrante por homicídio.

O caso

Na manhã de segunda-feira, policiais civis e militares se deslocaram até a aldeia Guyraroka após receberem a informação que Ambrósio Vilhalva fora assassinado. Conforme a ocorrência registrada, durante a ação do acusado, o cacique sofreu perfurações no tórax, nuca e uma pancada forte no olho, dentro de sua casa.

Mais de mil indígenas protestam nesta quarta (4) contra minuta que altera demarcação

SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.11.2013



"Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos", diz trecho da nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

Do Cimi Nacional

Cerca de 1.700 indígenas de todo o país, presentes na Conferência Nacional de Saúde Indígena, que ocorre em Brasília (DF) até o final desta semana, realizarão manifestação nesta quarta-feira (4) a partir das 9 horas, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), local da conferência. Uma passeata está programada.

A mobilização acontece depois de o movimento indígena ter acessado, no final da semana passada, minuta do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para a publicação de uma portaria que "estabelece instruções" ao procedimento de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto 1775/96.

"Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos", diz trecho da nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) - leia aqui na íntegra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Para lideranças indígenas, a portaria, se publicada, inviabilizará o direito constitucional à terra tradicional. "A minuta diz que a delimitação da terra deverá minimizar impactos, ou seja, se fazendas incidirem sobre as terras, a demarcação não ocorrerá", afirma Sônia Bone Guajajara, da Apib, organização que propôs o protesto.

O cacique Marcos Xukuru frisa que por nenhum momento a minuta foi discutida no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) com as lideranças indígenas ali representadas. A falta de consulta e diálogo com os povos são marcas do governo Dilma. Porém, Marcos afirma que o protesto desta quarta pedirá ainda a revogação da Portaria 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), e contra a PEC 215 e o PLP 227, que tramitam no Congresso Nacional.

"O que observamos é um conjunto de medidas, tanto do Executivo quanto do Legislativo, que articuladas configuram um dos mais fortes ataques aos direitos indígenas já vistos desde a ditadura militar, na história recente. Lamentamos que seja este governo o responsável por isso, mas reafirmamos nossas posições e dizemos: vamos lutar até o fim, de forma enfática, por nossos direitos e vidas", declara cacique Marcos Xukuru.

Serviço:

Manifestação do movimento indígena em Brasília (DF) contra minuta do Ministério da Justiça que altera o procedimento de demarcação de terras indígenas, Portaria 303, PEC 215 e PLP 227

Quarta-feira (4) às 9 horas

Endereço: o Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF)

Foto: Reprodução/Cimi



Programa Mais Médicos beneficiará mais de 212 mil indígenas, diz governo

SÍTIO BOL, 03.12.2013

Chegam, na próxima semana, a 16 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) 47 profissionais do programa Mais Médicos. Eles somam-se a 75 que já estão atuando nas aldeias, totalizando 122 profissionais em 28 DSEIs.

O anúncio foi feito durante a abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada na noite de segunda-feira (2), no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília (DF) pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Com a chegada de novos profissionais, diz o governo, o programa beneficiará aproximadamente 212 mil indígenas.

Além dos profissionais garantidos pelo programa, a assistência à saúde indígena é feita por 264 médicos que atuam nos 34 DSEI.

"Nós já temos mais de 70 médicos, do Mais Médicos, que vieram de vários países do mundo para atender os povos indígenas que não tinham médicos. Agora, em dezembro nós vamos chegar a 122. O pedido feito por todos os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígenas, foi termos mais 250 médicos na saúde indígena. Nós, vamos ter até março do ano que vem, ao todo, 250 novos médicos para atender os povos indígenas", destaca Padilha.

Durante a abertura do evento, o ministro assinou portaria que autoriza a compra, pelos DSEIs, de todos os medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename, o que otimiza a oferta de medicamentos nas aldeias e cria grupo de trabalho para avaliação e elaboração de incorporação de novos medicamentos e insumos para atendimento à Saúde Indígena no SUS.

O ministro também assinou, junto com os presidentes do Conass e Conasems, resolução que inclui a participação de representantes dos DSEI nas comissões intergestores bipartite e regionais de estados e municípios que possuem povos indígenas nas suas jurisdições.

"Vocês trazem muito forte um sentimento de cobrança, de cobrar dos governantes desse país uma saúde de qualidade. É muito positivo vermos cada vez mais mulheres, cada vez mais jovens assumindo lideranças. Esses jovens são exemplo de pertencimento da juventude em continuar a luta do seu povo", disse a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza.

Até chegar à Conferência Nacional, os povos indígenas participaram de 34 etapas distritais e 306 etapas locais que definiram sete diretrizes e 453 propostas nos quatro eixos temáticos: Atenção Integral e Diferenciada nas Três Esferas de Governo (gestão, recursos humanos, capacitação, formação e práticas de saúde e medicinas tradicionais indígenas); Controle Social e Gestão Participativa; Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional; e Saneamento e Edificações de Saúde Indígena.

CONT.



"Essa conferência foi feita com muito carinho para vocês, delegados, delegadas, representantes dos povos indígenas para oferecer o melhor porque vocês merecem o melhor", declarou o secretário especial de Saúde Indígena e coordenador-geral da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, Antônio Alves.

Foram convidados para participar da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena os representantes de órgãos, entidades, instituições nacionais e internacionais, personalidades nacionais e internacionais, com atuação de relevância na área de saúde indígena e setores afins, entidades/movimentos sociais indígenas.

Na Conferência, os indígenas, representantes dos trabalhadores e gestores vão validar ou excluir diretrizes e propostas estabelecidas nas etapas locais e distritais.

Saúde indígena

A Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai – é a área do Ministério da Saúde criada para coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS - em todo o Território Nacional.

Fruto de uma diretriz definida na 1ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 1986, a SESAÍ foi criada em 2010 e tem como missão principal a gestão da saúde indígena.

Desde 2011, os recursos orçamentários da Sesai aumentaram 92%, passou de R\$ 479 milhões para R\$ 920 milhões em 2013. Entre os gastos na área, o Ministério da Saúde tem investido em obras de 11 Casais, três Polos Base e 11 Postos de Saúde. Em 2013, foram aprovados projetos para reforma, ampliação e construção de outros 17 postos de saúde.

Outro importante investimento para atender aos indígenas nas áreas de difícil acesso foi na reestruturação do setor de transporte. Ao todo, os investimentos no setor superaram R\$ 320 milhões, incluindo a compra de veículos, barcos, contratação de horas voo, além dos contratos de locação de veículos.

Só em veículos, o investimento é de R\$ 168 milhões, o que inclui a compra de 404 picapes, 78 automóveis de passeio, 21 caminhões e 27 micro-ônibus, além de contratos de locação em 31 dos 34 DSEIs.

Para ajudar a gerenciar e coordenar as ações regionalmente, a Sesai conta com 34 DSEI, 354 Polos Bases, 68 Casas de Saúde Indígena (Casai) e 751 Postos de Saúde. As Casai ficam em municípios de referência dos distritos e é um estabelecimento de cuidados de enfermagem de apoio aos pacientes encaminhados à rede do SUS para tratamento. Fornece alojamento e alimentação para pacientes e acompanhantes e é responsável por marcar e acompanhar os indígenas em consultas, exames complementares ou internação hospitalar.



Alunos negros e índios têm programa de intercâmbio

SÍTIO JORNAL A TARDE, 03.12.2013

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, lançado recentemente pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo promover o intercâmbio de alunos negros, indígenas e deficientes do ensino superior e já está em vigor.

De acordo com a publicação, o objetivo do programa é proporcionar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades com elevada qualificação em universidades instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

O programa será desenvolvido em parceria com universidades e instituições comunitárias de ensino superior historicamente negras nos Estados Unidos.

Diversidade

Parte das bolsas de estudo será oferecida pelo programa Ciência sem Fronteiras e parte será destinada aos cursos de ciências humanas.

Os critérios de participação serão definidos pela Secretaria de Alfabetização Continuada, Diversidade e Inclusão (Secadi) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para o MEC, o programa vai dar oportunidades de novas experiências educacionais e profissionais a esses estudantes.

Valorização

O programa também ampliará a participação de estudantes negros, indígenas e deficientes em cursos técnicos de graduação e pós-graduação e no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Outros pontos importantes do programa são a promoção da igualdade racial, a valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas.

O programa visa ainda ampliar a acessibilidade e da inclusão no Brasil, bem como estimular a troca de experiência em âmbito internacional para a construção de igualdade de direitos e de oportunidades no país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

O programa Ciência sem Fronteiras já ofereceu mais de 60 mil bolsas de estudos no exterior.

O objetivo do programa é proporcionar a formação e a capacitação de estudantes

60 mil é o número de bolsas de estudo no exterior já oferecidas pelo programa Ciência sem Fronteiras a estudantes universitários



Informe de Aty Guasu sobre a morte da liderança Guarani e Kaiowa Ambrósio Vilhalva
SÍTIO CEDEFES, 03.12.2013

É com profundo pesar, Aty Guasu informa que a liderança Guarani e Kaiowa Ambrósio Vilhalva, 52 anos, foi assassinado pelo desconhecido, no tekoha Guyraroka-Caarapó-MS.

Ambrosio Vilhalva é uma das lideranças da Aty Guasu que sofre constantemente ameaça de morte dos fazendeiros do Cone Sul de Mato Grosso do Sul.

O líder Ambrosio é um líder justiceiro, íntegro, humilde humorista indígena Kaiowá e sorridente, defensor de direitos humanos, boa liderança e é conhecido internacionalmente como filósofo e intelectual nativo. Ele passou a vida inteira lutando pela justiça e pela regularização e devolução de pedaço de terras indígenas Guarani e Kaiowá.

Ambrósio viajou pelo Mundo inteiro socializando as situações míseras do povo Guarani e Kaiowá. Fez o papel de Nádio no filme da Terra Vermelha.

A liderança Ambrosio da Terra Indígena Guyraroka em conflito disputa a posse da terra com o deputado estadual Zé Teixeira e com a empresa da Usina de álcool Raizes, que produz e compra a matéria prima cana de açúcar da Terra Indígena Guyraroka.

Ambrosio reivindica a terra indígena ocupada pelo deputado estadual Zé Teixeira, um deputado anti-indígena que arrendou a terra indígena para a Usina de Álcool..

Sobre a Terra Indígena Guyra Roka há plantação de cana de açúcar. A liderança Ambrosio Vilhalva, mais de 30 anos lutou pela recuperação da Terra Indígena Guyraroka.

Essa Terra Indígena Guyraroka já foi reconhecida pelo Governo Federal e declarada pelo Ministro da Justiça no dia 07/10/2009, portaria nº 3.219/MJ, com a extensão de 11.440 hectares, mas a comunidade está encurralada na pequena área com a extensão de 30 hectares onde estão residindo mais de 30 famílias, totalizam 150 indígenas.

O líder Ambrósio no ultimo ano passou reiteradamente a denunciar a plantação de cana de açúcar sobre a Terra Indígena Guyraroka, exigiu a posse da terra indígena, por isso estava recebendo a ameaça de morte; além disso, Ambrósio Vilhalva sempre denunciou a ameaça dos pistoleiros do fazendeiro e deputado estadual Zé Teixeira.

No último mês, líder Ambrósio estava preocupado com a segurança dele e da comunidade de Guyraroka.

Na assembleia geral ele disse: "Os pistoleiros do deputado Zé Teixeira e da Usina de álcool estão me ameaçando e me perseguindo lá na tekoha Guyraroka, eles estão querendo me matar", "quero avisar a todos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

É evidente que o líder Ambrósio Vilhalva estava sofrendo ameaça de morte, por essa razão pedimos às autoridades federais para realizar uma investigação séria do assassinato do líder Ambrósio Vilhalva.

Tekoha Guyra roka, 2 de novembro de 2013

Aty Guasu luta contra o genocídio

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>

Índios podem assistir reuniões sobre destinação de verbas da saúde
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 03.12.2013

A portaria foi assinada na abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que até sexta-feira (6/12) deve aprovar as diretrizes para as políticas de saúde a serem implementadas nas aldeias indígenas



Padilha abre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

Agência Brasil

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assinou nessa segunda-feira (2/12) à noite portaria que garante a participação de representantes indígenas em reuniões decisivas para a destinação das verbas do setor. "Para as reuniões que ocorrem nos estados, entre as secretarias estaduais de Saúde e as municipais, e para as reuniões em uma região do estado que decidem, por exemplo, quantas vagas vai ter no hospital, quanto dinheiro vai para um determinado tipo de cirurgia, quanto vai ser destinado para o TFD, o transporte do paciente para fora do domicílio. Haverá um representante dos distritos sanitários especiais indígenas (Dsei) para discutir questões relacionadas ao povo indígena", explicou Padilha.

A portaria foi assinada na abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), que até sexta-feira (6/12) deve aprovar as diretrizes para as políticas de saúde a serem implementadas nas aldeias indígenas por 34 Dsei que integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

CONT.



De Mato Grosso do Sul, o articulador indígena Agnaldo Tereno trouxe o apelo por melhoria na estrutura do atendimento voltado para a população indígena do estado, que tem 75 mil pessoas. "Falta remédio, falta estrutura, às vezes o médico tem carro para ir nos atender, às vezes não. Precisamos de melhorias", defendeu.

Sônia Guajajara, da direção da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, fez um apelo ao ministro para que o atendimento à saúde seja implementado integralmente. "Não podemos permitir que crianças, jovens e idosos continuem morrendo por doenças consideradas tratáveis", sustentou Sônia.

Na abertura do evento, a presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro Souza, disse que todos devem lutar para que o governo dê prioridade ao saneamento rural, o que vai contribuir para a prevenção de doenças.

Padilha reconheceu que nem tudo o que foi acertado na última conferência foi cumprido, mas disse que o ministério vem trabalhando para atender às demandas. Até agora, 19 distritos indígenas receberam pouco mais de 70 médicos do Programa Mais Médicos, e de acordo com o ministro, a demanda apresentada de 250 profissionais vai ser suprida até março de 2014.

Representantes indígenas de Mato Grosso do Sul aproveitaram a ocasião para erguer cartazes pedindo a demarcação urgente das terras. O tema central da conferência é Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada. Para o evento nacional, foram realizadas 306 conferências locais, 34 conferências distritais, com a participação de indígenas e não indígenas, abrangendo 305 etnias que estão distribuídas em todo o país. Cerca de 2 mil pessoas, entre delegados e interessados, devem participar da conferência.

Índios afirmam que espera causa 'angústia' e 'insegurança' em MS

SÍTIO G1/MS, 03.12.2013

Índios ocuparam fazendas da Terra Indígena Buriti em maio de 2013. Comunidade espera solução do governo federal para impasse.



Os índios que ocupam as fazendas da Terra Indígena Buriti, em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, afirmam que a espera por uma solução do governo federal em relação à posse das terras causa mais "angústia" e "insegurança" à comunidade terena. Em maio de 2013, um índio morreu em um confronto com policiais federais e militares durante o cumprimento de uma reintegração de posse na fazenda Buriti.

"Quem errou foi o governo federal, quando deu títulos aos produtores rurais de terras que eram nossas. Ele precisa consertar o erro. Temos

esperança que o governo dê um solução e de que esse impasse se resolva ainda neste ano", afirmou o líder indígena Alberto Terena, de 40 anos.

Após a ocupação das fazendas da Terra Indígena Buriti, os índios começaram a plantar. Na fazenda Buriti, eles cultivaram em uma área de aproximadamente 10 hectares. No local eles plantaram milho, feijão-de-corda, abóbora, mandioca, pepino e batata-doce, abacaxi, banana e melancia.

O índio terena Moacir Rodrigues, de 50 anos, disse ao G1 que colheu mais 300 melancias no último mês. "O que é plantado é consumido aqui e também é vendido. Conseguimos de R\$ 7 a R\$ 10 por cada melancia, depende do tamanho", relatou.



Líder indígena Alberto Terena

Nas propriedades ocupadas, os índios montaram casas com paredes feitas de taquara (um tipo de bambu) e teto de folhas de bacuri (um tipo de palmeira).

Rodrigues estava na fazenda no dia em que foi cumprida a reintegração de posse. "É uma lembrança muito triste, tive medo de morrer", disse.

O casal indígena Lourenço Bernardo e Nair Bernardo, de 49 e 48 anos, ocupam uma área da fazenda 3R. Junto com eles moram seis filhas, um filho e os netos. Além da plantação, que ocupa

CONT.

cerca de 3,5 hectares, o casal também cria galinhas.

"Estamos lutando pela terra, mas não é mais para nós, é para os nossos filhos e netos. Começamos a plantar, mas até que a nossa terra seja demarcada, não estamos seguros, podemos perder todo o nosso trabalho", relatou o indígena.

O casal também estava na região no dia do confronto com os policiais. "Às vezes não consigo dormir, aqueles tiros e as bombas de gás, tudo aquilo não sai da nossa cabeça", disse Nair.

Solução

O governo federal já anunciou que, para solucionar o impasse na região, vai comprar a fazenda Buriti com dinheiro da União e vai indenizar o proprietário, Ricardo Bacha, pela terra e pelas benfeitorias. No entanto, até o momento, o processo de compra da propriedade não foi oficializado.



Família indígena terena mora na área ocupada da fazenda 3R

"Essa é a vontade do produtor rural e também do índio. Tanto nós, quanto eles, queremos a solução pra esse impasse. Estamos confiantes de que tudo será resolvido ainda neste mês", disse o diretor do Sindicato Rural de Sidrolândia, Rogério Menezes.

O diretor afirmou que as propriedades adquiridas pelos produtores rurais do município não foram "griladas" ou tomadas, e sim compradas. "Se o governo federal quer as terras, que pague por elas. É o mais justo", defendeu.

Força Nacional

Na última sexta-feira (29), o Ministério da Justiça determinou a permanência da Força Nacional de Segurança Pública na área da Terra Indígena Buriti e nos municípios da região do cone sul do estado. O objetivo da operação é evitar novos conflitos entre índios e produtores rurais.



Diretor do Sindicato Rural de Sidrolândia, Rogério Menezes

A permanência dos militares na região foi determinada por uma portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o texto, as equipes devem ficar no estado por 90 dias, prazo que pode ser prorrogado.

Diálogo

Na última semana, representantes do governo federal estiveram em Mato Grosso do Sul com o para dar continuidade à discussão de alternativas para resolução dos conflitos na área da Terra Indígena Buriti e de outras regiões.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Marcelo Veiga, assessor especial do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e Nilton Luiz Godoy Tubino, coordenador-geral de Movimentos de Campo e Territórios, ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, se reuniram com o governador André Puccinelli (PMDB), com representantes dos produtores rurais e com lideranças indígenas em Campo Grande, Sidrolândia e Dourados.

Índios afirmam que espera causa “angústia” e “insegurança” em MS



Índios ameaçam guerra contra exploração de petróleo e gás no Vale do Javari
SÍTIO RURAL CENTRO, 03.12.2013

Os povos indígenas, principalmente os que habitam o Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, ameaçam entrar em guerra com as empresas que iniciarem a exploração de petróleo e gás na região.

Em audiência na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, eles denunciaram danos ambientais que poderão ocorrer caso seja levada adiante, por exemplo, a exploração de gás não convencional, o chamado gás de xisto, pelo método de fratura hidráulica.

A fratura hidráulica consiste no jateamento de rochas do subsolo com água e substâncias químicas capazes de induzir a fratura e liberar o gás. A técnica, empregada em larga escala nos Estados Unidos, onde provocou o que está sendo chamado de uma revolução energética, é condenada pelos ambientalistas e foi proibida na França por lei validada em outubro último pelo Conselho Constitucional.

Funai não é ouvida

Nesta quinta (28) e sexta (29), a Agência Nacional do Petróleo (ANP) está leiloando 240 novos blocos de exploração de petróleo e gás, sendo que 110 deles em áreas isoladas, chamadas de "novas fronteiras". Ocorre que a Fundação Nacional do Índio (Funai) já detectou que alguns destes blocos estão muito próximos de áreas indígenas ou invadem terras em processo de demarcação.

Maria Janete de Carvalho, coordenadora de Licenciamento da Funai, disse que um relatório sobre o assunto foi enviado à agência, mas apenas uma recomendação foi acatada, a de que o Vale do Javari teria que estar 25 quilômetros afastado dos blocos a serem leiloados. Além de contar com uma biodiversidade praticamente intocada, a região teria pelo menos 16 populações indígenas isoladas.

Segundo Maria Janete, "ninguém pediu uma opinião prévia da Funai, o que já vem se tornando rotina. Muitas vezes a consulta é feita, no caso de alguns empreendimentos, muito mais para legitimar uma tomada de decisão que já foi feita". Por isso ela considera que outro desafio órgão é "a intervenção em momentos de planejamento, para que este ordenamento territorial realmente seja feito de uma maneira participativa", reclamou.

Audiência pública sobre o leilão de blocos de petróleo e gás sobrepostos a terras indígenas e unidades de conservação. Dep. Janete Capiberibe (PSB-AP)

A ANP foi convidada, mas não enviou representantes para a audiência. A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) disse que a técnica de fratura hidráulica, prevista para a retirada de gás

CONT.



em alguns blocos, vem sendo condenada pelos especialistas: "A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência já recomendou a moratória a esse tipo de exploração do gás, através do método de força hidráulica, que polui os lençóis freáticos, polui o solo. Então é uma questão muito séria".

"Matar ou morrer"

Os representantes dos povos indígenas afirmaram que não querem a exploração petrolífera na região e já estão mobilizados desde 2003, porque também o Peru vem concedendo licenças na fronteira. Jader Franco, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, explicou que eles já procuraram órgãos como o Itamaraty e o Ministério Público federal.

"Não temos recursos para vir conversar todo dia, ficar insistindo. A gente dá o recado. Se não formos atendidos, nós estamos dizendo que a gente vai para a guerra, a gente vai para a luta. É matar ou morrer", ameaçou ele.

Os deputados da comissão e os participantes da audiência resolveram encaminhar um documento para diversas autoridades, entre elas a presidente Dilma Rousseff.



Portaria ministerial pode paralisar definitivamente a identificação de Terras Indígenas

SÍTIO JORNAL GGN, 03.12.2013

Confira artigo de Márcio Santilli sobre a proposta de mudanças dos procedimentos de demarcação de Terras Indígena do governo federal. Leia o texto da proposta na íntegra

Nesta semana, o Ministério de Justiça (MJ) fez circular entre os membros da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) uma minuta de portaria ministerial que acrescenta vários procedimentos administrativos ao processo de demarcação das terras indígenas, já regulado pelo decreto 1.775/96, ainda em vigor. A portaria, que deve ser publicada nos próximos dias, multiplica os ritos burocráticos e formaliza a intervenção de quaisquer interesses eventualmente contrariados desde a etapa inicial do processo, a de identificação das áreas de ocupação tradicional (leia a proposta).

Essa fase inicial implica a constituição de grupo de trabalho, coordenado por um antropólogo com formação acadêmica reconhecida e integrado por outros técnicos – cartógrafo, biólogo, indigenista, agrônomo, conforme o caso – que identifica as referências de ocupação tradicional indígena, características ambientais e situação fundiária, além de formular uma proposta de limites a ser submetida às instâncias de decisão política – o MJ e a Presidência da República – para posterior demarcação física, homologação e registro cartorial. Esse grupo, de caráter eminentemente técnico, pode e deve produzir informações sobre interesses não indígenas incidentes na área em estudo, mas não lhe compete – e nem ele dispõe de legitimidade, poder administrativo ou proteção física – para rechaçar ou pactuar com terceiros interessados.

Segundo a minuta, o grupo “técnico” seguiria sendo coordenado por antropólogo, mas constituído agora por outros quatro membros, sendo um deles procurador federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e os demais com formação em cartografia, topografia e meio ambiente. A proposta diz, ainda, que os integrantes do grupo devem ser prioritariamente funcionários públicos, podendo ser contratados em caráter privado sob condições. A especificação da formação técnica de cada um dos técnicos e, especialmente, a obrigatoriedade de inserção da AGU dificultarão ainda mais a criação e funcionamento de novos grupos de trabalho, que passarão a depender da duvidosa disponibilidade desses membros.

Ainda segundo a minuta, poderão participar das atividades do grupo representantes da comunidade indígena local, mas também dos municípios, dos estados e de nove ministérios, que deverão ser notificados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para indicar seus representantes em prazo determinado e cuja participação deve ser formalizada por portaria. Em suma, poderão participar do grupo (lembrando : da etapa inicial do processo, a de identificação das áreas de ocupação tradicional) até 20 integrantes, a maioria com interesses contraditórios em relação ao objeto do trabalho.

CONT.



O que hoje ocorre é que a Funai encontra dificuldade crescente para recrutar até mesmo antropólogos para coordenar novos grupos de trabalho, pois é exíguo o número de profissionais do seu quadro e não tem sido possível contratar antropólogos vinculados às universidades ou a outros órgãos públicos, por caracterizar dupla remuneração. Não raro se vê antropólogos coordenando grupos de trabalho em caráter voluntário, sem remuneração (com direito apenas ao pagamento de despesas), e que, por isso mesmo, prestam serviço em períodos de férias ou quando têm disponibilidade, não podendo ser submetidos a prazos específicos para a entrega de relatórios e de outros produtos.

Nessas condições, tem sido cada vez mais difícil recrutar coordenadores e outros integrantes para os grupos de trabalho, assim como alocar, em cada caso, os antropólogos mais qualificados ou que tenham experiência, relações e informações acumuladas sobre o povo indígena e a região em questão. A nova portaria não se reporta a nenhuma dessas dificuldades objetivas, mas as multiplica, acrescentando responsabilidades de mediação de interesses contrariados que são estranhas à formação técnica dos profissionais requeridos e implicam em aumento exponencial de riscos pessoais, profissionais e políticos.

Além disso, vários dos procedimentos adicionais propostos na minuta implicariam em custos e despesas adicionais, mas o texto não provê solução para isso. Pelo contrário, explicita que a constituição de novos grupos de trabalho ficará subordinada "às disponibilidades orçamentárias", que são exíguas e incertas, mas que certamente deveriam ser reforçadas caso pretenda-se melhorar a qualidade dos trabalhos de identificação de Terras Indígenas. Como o ritmo das identificações já tem sido lento, prolongando conflitos, é lícito supor que as dificuldades técnicas, burocráticas, políticas e orçamentárias que seriam acrescidas pela portaria poderão paralisar de vez esse processo.

Responsabilidade política

O ponto é que a responsabilidade de mediação política é do governo e, no caso, principalmente do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a sua transferência para um grupo técnico, ou para a figura de um antropólogo, é uma completa aberração. Cardozo já tem suas gavetas abarrotadas de processos de demarcação, que aguardam decisão, por vezes, há anos. Tem sido incompetente para equacionar o pagamento de indenizações e para conduzir as negociações junto a proprietários rurais e ao governo do Mato Grosso do Sul, principal foco atual de conflitos envolvendo a demarcação de Terras Indígenas e chegou a ordenar a invasão de aldeias de índios Munduruku, no Pará, pela Força Nacional de Segurança, que matou um índio e feriu outros. A edição da portaria aventada, ao final da sua gestão, seria uma consagração negativa definitiva.

Se quisesse, o ministro poderia mirar-se no exemplo do seu colega, Pepe Vargas, ministro do Desenvolvimento Agrário, que editou uma portaria no início do ano, exigindo providências adicionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a instrução dos processos de desapropriação para a reforma agrária, mas teve que revogá-la no mês passado para não terminar o ano com nenhuma desapropriação, recorde histórico insuperável. Cardozo, que já vem nessa rota há três anos, ameaça concluir a era de omissões que protagonizou, deixando, como herança, um tiro no pé do próprio sucessor.

A espera do governo, indígenas afirmam temer por outra tragédia na Buriti

SÍTIO NOTICIDADE, 03.12.2013

Foto: Rallph Barbosa - Noticidade



Os índios da
Sidrolândia
contratarão

O clima na
rurais ao g
de vez as p

Os indígenas
federal, qu
consertar c
resolva air
ocupação c
Buriti, eles

milho, feijão-de-corda, abóbora, mandioca, pepino e batata-doce, abacaxi, banana e melancia.

na Buriti em
nunciaram

produtores
repassando

o governo
Ele precisa
impasse se
s. Após a
Na fazenda
plantaram

Caciques afirmam que até o momento que a força nacional permanecia no local eles de fato estavam mais tranquilos, porém agora a insegurança e a incerteza é o que impera na região.

Na última sexta-feira (29), o Ministério da Justiça determinou a permanência da Força Nacional de Segurança Pública na área da Terra Indígena Buriti e nos municípios da região do cone sul do estado. O objetivo da operação é evitar novos conflitos entre índios e produtores rurais.

CONT.

A permanência dos militares na região foi determinada por uma portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o texto, as equipes devem ficar no estado por 90 dias, prazo que pode ser prorrogado.

Luiz Ribeiro - Noticidade



Pela 1ª vez, Brasil concede anistia a índio perseguido pela ditadura

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.12.2013

José Humberto Costa do Nascimento foi perseguido, preso e torturado pelos militares. Acabou fugindo para o Canadá, que o reconheceu como refugiado político

Najla Passos – Carta Maior

Brasília - Pela primeira vez, o Estado brasileiro concedeu anistia política a um índio perseguido, preso e brutalmente torturado pela ditadura militar. José Humberto Costa do Nascimento, o Tiuré Potiguara, 64 anos, lutou contra a exploração e extinção dos povos indígenas, entre 1970 e 1983, período em que o imperativo da ditadura era, segundo ele, vender a falsa ideia de um projeto desenvolvimentista para espoliar ainda mais os territórios indígenas. Acabou tendo que fugir para o Canadá, onde foi reconhecido como refugiado político. De volta ao Brasil, há três anos, decidiu recuperar sua história. (Sobre esse tema, ler também: "Houve extermínio sistemático de aldeias indígenas na ditadura")

Apesar da farta documentação que levantou sobre sua trajetória política, teve muitas dificuldades de convencer a Comissão da Anistia da procedência do seu pedido de reparação. As especificidades de seu caso fugiam completamente ao modelo tradicional de perseguido político para o qual o Estado, hoje, está preparado para lidar. O primeiro julgamento, em abril, foi suspenso quando Tiuré, antevendo uma derrota, se declarou em greve de fome no meio do plenário. A segunda sessão, há dez dias, o surpreendeu com o reconhecimento de sua condição de anistiado, embora apenas por um período de três anos, cuja documentação era taxativa.

A título de reparação, Tiuré irá receber uma indenização de 90 salários-mínimos, que já definiu em que empregar: dar o pontapé inicial na criação de uma espécie de Comissão Nacional da Verdade Indígena, com o propósito de levantar os crimes cometidos pela ditadura contra os povos originários do país. "Eu quero começar a pesquisa pelos locais onde passei e vi muita coisa, mas pretendo também estimular outras aldeias e outros povos a aderirem a esta luta", afirma ele que, no momento, vive em casa de amigos na Aldeia Santuário dos Pajés, no coração de Brasília.

Uma história de luta

Filho de um índio potiguara e de uma branca, Tiuré deixou sua terra natal, a Paraíba, quando era criança. O pai conseguiu um emprego de motorista na recém-fundada Brasília, eldorado de pobres e excluídos de todo o país. Morreu alguns anos depois em um acidente de carro até hoje não explicado. Na capital federal, teve uma educação formal, casou, teve um filho e prestou concurso público para a Fundação Nacional do Índio (Funai), onde foi admitido em 1970, cheio de sonhos de ser útil a seus irmãos. Mas a ditadura militar já dominava o país. E logo se viu frente a um impasse: compactuar ou não com o projeto desenvolvimentista dos militares que ameaçava inúmeras tribos indígenas?

CONT.



Por questão de princípios, entendeu que não tinha mais como fugir da luta. Convidado pelo cacique Kohokrenum, decidiu se juntar à tribo gaviões-parkatejês, no Pará, e decretar guerra à ditadura que, naquela época, já dizia povos indígenas inteiros para viabilizar grandes projetos desenvolvimentistas como Carajás, Tucuruí, Serra Pelada. "Viajei disfarçado, sem documentos, e, por isso, consegui me misturar aos índios da região e não ser reconhecido. Mas logo que a Funai soube que eu estava na área, a Polícia Federal já começou a me procurar por lá até de helicóptero", relembra.

Na resistência indígena, viveu muitos anos escondido na mata, sem nenhum contato com a família. Foi quando passou por locais em que os índios afirmavam estarem enterrados guerrilheiros do Araguaia mortos nas emboscadas dos militares. Viu o que não devia. Se tornou um perigo para os poderosos de então.

Quando sua permanência na região se tornou insustentável, decidiu voltar para sua tribo de origem, na Paraíba.

Em terras potiguaras, porém, a situação era semelhante a da Amazônia. Os índios começavam a organizar uma resistência à invasão militar que lhe espoliavam as terras e os faziam trabalhar como escravos. "A ditadura tomou um terço das nossas terras para criar o Proalcool, plantar cana e beneficiar os latifundiários. E a Funai corroborava com tudo. Concedeu até uma certidão negativa de presença de índios na área para que o Banco Mundial autorizasse um empréstimo. E isso quando ainda havia três mil índios por lá", lembra ele.

Em pouco tempo, já era tratado como inimigo número um do poder econômico local. E, conseqüentemente, logo já encabeçava também a lista de perseguidos políticos do regime. Entre 1980 e 1981, foi sequestrado, preso e torturado.

Quando foi localizado por defensores dos direitos humanos que se mobilizaram em sua defesa, precisou ser internado em um hospital. "Fiquei sem andar por muito tempo", recorda ele. Para justificar a prisão, a Polícia Federal o acusou de porte ilegal de drogas. Tiuré comprovou sua inocência e foi absolvido na justiça. Mas entendeu que, se quisesse continuar vivo, tinha que fugir do Brasil.

No Canadá, passou por um longo processo de reconhecimento como refugiado político, que levou cinco anos. O caso teve grande repercussão na imprensa do mundo inteiro. "Eu considero que esta foi a primeira condenação internacional do Brasil por crime político contra um indígena. Agora, duas décadas depois, sai a primeira condenação aqui no próprio país. E isso abrirá portas para que muitos outros índios, perseguidos e torturados pela ditadura, possam também pedir reparação ao Estado", avalia.

Um choque de realidades

De acordo com a relatora do processo e vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, o processo de Tiuré Potiguará foi o mais complexo que já passou pelas suas mãos, porque fugia completamente ao modelo convencional. "Eu precisei abstrair e me afastar dos conceitos de perseguido político tradicional, porque ele não era o estudante expulso da universidade porque participou de um protesto e nem o operário demitido da fábrica porque fez greve: era

CONT.



alguém que lutava quase que pelo direito de sobreviver”, afirmou ela.

A relatora conta que, à princípio, teve muitas dificuldades para reconhecer a perseguição do Estado à Tiuré. Segundo ela, pelos relatos iniciais, a impressão que ficava era que ele era mais uma vítima do latifúndio privado, a qual não cabe à Comissão de Anistia arbitrar reparação. “Para que nós todos pudéssemos esclarecer nossas dúvidas, transformei a primeira sessão de julgamento em oitiva.

À princípio, o Tiuré não recebeu bem a iniciativa, mas o resultado foi positivo porque pudéssemos formar uma melhor juízo de valor. Meu parecer foi aprovado por unanimidade”, esclarece.

Também contribuíram para a compreensão dos fatos as várias consultas aos arquivos secretos da Polícia Federal e do antigo Serviço Nacional de Informação (SNI), que revelaram a perseguição implacável contra a liderança indígena. Os laudos antropológicos requisitados sobre o caso foram fundamentais, em especial o da antropóloga Iara Ferraz, que trabalhou com os gaviões durante a ditadura e já conhecia a trajetória de Tiuré. “Não restou nenhuma dúvida de que ele foi um perseguido político”, atesta Sueli.

O próprio Tiuré se surpreendeu com o desfecho do julgamento. “Até o representante dos militares, o coronel Henrique de Almeida Cardoso, votou favorável à minha anistia. A indenização que vou receber não paga 40 anos de vida, mas a simbologia é muito importante para todos os parentes que tombaram na luta. E é a todos eles que dedico esta vitória”, acrescentou.

Um novo olhar sobre a anistia política

A vice-presidente da Comissão de Anistia não tem dúvidas de que o caso Tiuré irá estimular novas lideranças indígenas a buscarem reparação do Estado contra os crimes cometidos pela ditadura. Segundo ela, depois que ele deu entrada no seu processo, outros dois grupos indígenas também procuraram a Comissão. Os suruí, que já formalizaram o processo, e os avás-canoeiros, que só fizeram um testemunho inicial das violações sofridas. Em ambos os casos, os índios pedem reparações coletivas, essencialmente a recuperação de suas terras originárias, o que não está previsto na Lei da Anistia.

“Vão aparecendo novas demandas que não se enquadram na anistia tradicional do meio urbano, e nós vamos buscando formas de atendê-las, seja pela adaptação ou até mudança da legislação, como ocorreu no caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em que o ex-presidente Lula enviou um projeto de lei ao Congresso. O importante é que a gente consiga ajudar a promover a reconciliação nacional. E os índios são parte importante deste processo, porque vem sendo espoliados desde a chegada dos primeiros colonizadores, em 1500”, afirma ela.



MPF/MA promove seminário sobre educação diferenciada para os índios Awá
SÍTIO CEDEFES, 03.12.2013

Encontro aconteceu nesta sexta-feira (28), com a participação da Funai, Cimi, Ufma e Seduc, além de representantes indígenas

Nesta sexta-feira (29), o Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) promoveu um seminário sobre educação diferenciada para os povos indígenas Awá de recente contato. O objetivo principal do encontro foi ouvir as demandas da comunidade, para pensar em estratégias que garantam educação para o grupo indígena.

O seminário foi coordenado pelo procurador da República Alexandre Silva Soares, titular do escritório da defesa das populações indígenas. Além do MPF/MA e dos índios Awá e Guajajara, estavam presente no seminário representantes da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Conselho Indigenista Missionário Regional Maranhão (Cimi) e Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (Seduc-MA). A Fundação Nacional do Índio (Funai) também participou do encontro, por meio de videoconferência.

Na ocasião, representantes do povo Awá relataram a experiência em educação diferenciada que foi iniciada com eles, pelo Cimi, destacando o interesse em aprender principalmente sobre a língua portuguesa e a cultura das cidades, ao mesmo tempo em que ensinam sobre a língua nativa e a cultura indígena. Dentre as principais demandas apresentadas, estão: continuidade do processo de escolarização, construção de prédio escolar adequado, recursos para manutenção da escola e formação para professores Awá que vão assumir novas turmas.

O procurador da República Alexandre Soares reforçou o interesse dos povos Awá quanto ao acesso à educação diferenciada, destacando a importância da atuação conjunta de órgãos ligados à educação, no atendimento das demandas dos indígenas.

A conselheira regional do Cimi, Rosana de Jesus Diniz, falou sobre o trabalho de educação diferenciada realizado em aldeias Awá do Maranhão, ao longo de 12 anos. Ela destacou que foram mais de 2000 dias de convivência com o povo indígena, que promoveram o intercâmbio de língua e cultura. No entanto, não foi possível dar continuidade ao projeto, por falta de recursos.

Já a Funai, ouviu todas as demandas apresentadas no seminário e expôs os tipos de projeto que desenvolve na educação indígena, para saber qual deles é de interesse dos povos Awá.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Madalena Borges Awá-Guajá.

Fonte: Procuradoria da República no Maranhão



Brejo dos Crioulos: Incra em Minas Gerais recebe a posse de três fazendas do Quilombo! São só 2 mil ha dos 17 mil, mas...

SÍTIO CEDEFES, 03.12.2013

A Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais (Incra MG) foi imitada na posse de três imóveis que fazem parte da área reivindicada pela comunidade quilombola Brejo dos Crioulos localizada entre os municípios mineiros de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.

Os atos, realizados na última semana, transferiram ao Incra/MG a posse das fazendas Nossa Senhora Aparecida, São Miguel e Lagoa da Varanda. Os imóveis somam aproximadamente dois mil hectares. A área total reivindicada pela comunidade é de 17 mil hectares.

A imissão na posse é um dos procedimentos na ação de desapropriação para que a autarquia possa ter a área transcrita em seu nome no cartório de registro de imóveis correspondente para a posterior titulação coletiva da comunidade.

Outras quatro fazendas já tiveram ação de desapropriação ajuizadas pela Procuradoria Federal especializada junto ao Incra/MG e aguardam o mesmo procedimento. O Incra/MG analisa a possibilidade de transmitir a posse aos membros da comunidade antes mesmo da titulação coletiva.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



OPAN lança livro sobre saúde indígena

SÍTIO CEDEFES, 03.12.2013

OPAN lança livro destacando experiências de um modelo diferenciado de atenção à saúde indígena após 12 anos de convênio com a Funasa em Brasnorte (MT).

Doze anos de convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para atenção básica aos povos Manoki, Myky e Enawene Nawe, no noroeste de Mato Grosso, renderam à Operação Amazônia Nativa (OPAN) aprendizados fundamentais para a consolidação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNASI) no país. Esta é a contribuição que a instituição dará à 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, de 2 a 6 de dezembro de 2014, em Brasília, lançando a versão eletrônica do livro "Controle social na saúde indígena – a experiência da OPAN em Brasnorte, MT".

A publicação, que vem a público com apoio da Embaixada da Noruega, reúne quatro artigos que fazem uma retrospectiva histórica da execução dos serviços pela conveniada sobre as perspectivas demográfica, epidemiológica, antropológica e nutricional desses povos, a partir dos serviços a eles (e com eles) prestados. Os textos são assinados pelos antropólogos Andrea Jakubaszko e Márcio Silva, a assistente social Cleacir Alencar Sá, o epidemiologista Ageo Mário Cândido da Silva e o nutricionista Marcos Ajuri Schwade. Os artigos foram resultado de um grupo de trabalho formado na OPAN em 2011, último ano de execução do convênio.

Nesse período de mais de uma década, a atuação da OPAN foi marcada pelo diálogo permanente com as comunidades, com os profissionais de saúde contratados e com os conselhos de controle social, que precisavam ter autonomia e liberdade para exercer suas funções não apenas como espaço de cobranças, mas principalmente como orientadores da gestão em saúde. "Os conselhos locais podem indicar quais são as verdadeiras 'causas das doenças', dizendo se são provocadas por espíritos, por problemas de má alimentação, de desorganização social, por conflitos entre gerações, por falta de perspectivas e esperança da sociedade ou ainda outras", destaca Ivar Busatto, coordenador geral da OPAN, na carta de apresentação do livro.

Para além da medicalização

O trabalho de atenção à saúde indígena empreendido pela OPAN começou muito antes do convênio (2000-2011), ainda nos anos 70, e desde então foi norteado por quatro princípios básicos.

CONT.



O primeiro é o da autodeterminação, baseado pela compreensão de que os povos indígenas são sujeitos de seu próprio processo histórico. Deste modo, a OPAN operou a saúde inicialmente a partir de uma estratégia de intervenção mínima, sendo a saúde instância de responsabilidade da própria sociedade, reconhecendo que os corpos das pessoas são de posse daquela organização social para as tomadas de decisão sobre como nascer e como morrer, entre outras. Encarou ainda a atenção à saúde enquanto ação indigenista, sendo este um campo de significações. Isso conferia ao sistema de saúde uma perspectiva política, além de epidemiológica e populacional, demandando uma atuação com métodos e práticas pedagógicas. A OPAN adotou ainda o princípio da visão sistêmica/multifatorial em suas ações, cujas abordagens eram necessariamente integradas, não reduzidas a quantitativos de atendimentos, observando os contextos e condições fundiária, ambiental, cultural etc.

Ao optar por firmar um convênio com o Estado, descortinaram-se grandes desafios para a execução do convênio OPAN-Funasa, como a incorporação de um número crescente de funcionários aos seus quadros, as exigências administrativas e burocráticas, assim como os riscos trabalhistas implicados nesta nova relação. Por fim, o desafio maior de realizar a conexão entre os projetos indigenistas e as ações dos programas de saúde, tentando sempre afastar a atenção básica do assistencialismo.

A valorização das especificidades sociais e culturais de cada povo e o fortalecimento do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Cuiabá na concretização do subsistema de saúde indígena são expressas, por exemplo, no estabelecimento de uma ala exclusiva para os indígenas no hospital municipal de Brasnorte. Os povos são atendidos com mais privacidade e podem levar os acompanhantes adequados, como familiares próximos e pajés, se julgarem necessário.

Para além das falhas que pudessem existir no trabalho, a OPAN logrou dialogar e articular os interesses das populações indígenas frente aos seus direitos. As equipes sempre estiveram familiarizadas com cada pessoa atendida – filho de quem, a qual família ou clã pertence, posição dos sujeitos em cada conjuntura social, orientados por qual cosmovisão etc. Esta sensibilidade sempre foi um critério de seleção e formação de recursos humanos para a realização do trabalho. Para isso, era preciso conhecer os tempos dos indígenas, observando os calendários nativos, respeitando os agentes e especialistas dos sistemas tradicionais de cura, compreendendo, assim, os sentidos de sua atuação.

A metodologia desta inserção esteve relacionada à prática das visitas domiciliares, evitando, assim, que a atenção à saúde fosse confundida como uma prática impessoal e passiva, sinônimo de medicalização. “Nessas rondas, era possível adentrar os espaços domésticos e compartilhar línguas, histórias e refeições, conviver, partilhar cotidianos em espaços comuns”, descreve Andrea Jakubaszko, antropóloga que assina um dos artigos e atual coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da OPAN.

A experiência do Polo Brasnorte atestou, ainda, a viabilidade do subsistema no desenho dos DSEIs pautados por seus polos de base se for bem conduzido com as comunidades e com o município de referência. “Foi isso que a OPAN procurou fazer na intenção de contribuir com a construção e execução da PNASI, o que nos parece um caminho acertado na consolidação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

tanto da rede do SUS quanto do devido fortalecimento do subsistema”, finaliza Jakubaszko.

Serviço:

O livro “Controle social na saúde indígena – a experiência da OPAN em Brasnorte, MT” está disponível no site da OPAN para download e terá sua versão impressa lançada no dia 4 de fevereiro de 2014, em Cuiabá.

Fonte: OPAN



Nota de Repúdio ao Propósito do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo de Mudar o Procedimento de Demarcação das Terras Indígenas
SÍTIO CEDEFES, 03.12.2013

APIB: Nota de Repúdio ao Propósito do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo de Mudar o Procedimento de Demarcação das Terras Indígenas

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, considerando a decisão do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de tornar pública a sua decisão de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas estabelecido pelo Decreto 1775/96, vem de público repudiar esta outra medida de afronta grosseira ao direito originário dos nossos povos às terras que tradicionalmente ocupam, postergando, mais uma vez, indefinidamente o dever do Poder Executivo de demarcar e proteger essas terras, conforme determina a Constituição Federal.

Submisso aos propósitos do latifúndio, do agronegócio e de outros capitais interessados nos territórios indígenas e suas riquezas, o governo Dilma, confirma com esta medida, se efetivada, o seu viés antiindígena: o que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos indígenas, por meio de decretos e portarias inconstitucionais.

A proposta de Portaria de mudança do procedimento administrativo de demarcação, vem não só a se somar mas a reiterar os propósitos da Portaria 419/2011, da Portaria 303/2012, do Decreto 7957/2013; das PECs 215/2000, PEC 237/2013 e PEC 038/1999; do PL 1610/1996 e do PLP 227/2012. Todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas, reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; e facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos nossos territórios e suas riquezas. A proposta de Portaria entrega ao comando dos nossos inimigos o destino dos nossos povos e suas futuras gerações, cuja vida não tem sentido sem suas terras garantidas.

Contrariamente às alegações do governo, a dita Portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos, de criminalização e de violência contra os nossos povos e comunidades que inúmeras vezes tem reafirmado lutar até as últimas consequências na defesa de seus direitos.

O governo, no entanto, por meio do Ministério da Justiça, ainda tenta inescrupulosamente envolver lideranças nossas que fazem parte da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, para legitimar os seus torpes propósitos.

Por tudo isso, a APIB chama a todos os povos, organizações e lideranças indígenas do Brasil a permanecerem unidos no repúdio e pela rejeição total a esta nova tentativa de reduzir os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

direitos indígenas originários assegurados pela Carta Magna.

Brasília – DF, 02 de dezembro de 2013.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Fonte: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB



Índios invadem pousadas no extremo sul da Bahia

SÍTIO ILHÉUS 24H, 03.12.2013

Cerca de 200 índios pataxós ocuparam uma pousada de luxo e outras duas propriedades no balneário de Cumuruxatiba, em Prado, no extremo sul da Bahia, informou nesta segunda-feira (2) o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A ocupação ocorreu na madrugada de sábado (30) e, segundo o Cimi, o dono da pousada de luxo, um holandês, reagiu à ocupação com tiros. Porém, ninguém ficou ferido. As outras propriedades (imóveis rurais) pertencem a suíços e, segundo os índios, os três áreas estão dentro do Território Indígena Cahy-Pequi, cuja regularização é reivindicada pelos índios.

Segundo o Portal Terra, o processo de demarcação da terra indígena foi iniciado em 2006, suspenso em 2009 e retomado em 2011. Há problemas de sobreposição de áreas do Instituto de Conservação do Meio Ambiente e da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O líder indígena informou que para esta semana está prevista reunião com a Funai, o Ministério Público Federal e o ICMBio para discutir a gestão compartilhada do Parque Nacional do Descobrimento. "O problema é que no parque não podemos plantar e nem construir nada", comentou.

De acordo com o Cimi, os donos de uma fazenda próxima à área de ocupação conseguiram na Justiça uma liminar de reintegração de posse, mas os índios prometem resistir na propriedade. A Polícia Federal já esteve na fazenda para tentar fazer com que os pataxó saíssem da propriedade, sem sucesso.



Incra inicia regularização de área quilombola de Mato Grosso

SÍTIO PORTAL BRASIL, 03.12.2013

Terras de Fazenda Livramento configuram a primeira desapropriação com objetivo social no estado

A Justiça Federal autorizou a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Mato Grosso, a desapropriar uma das fazendas que fazem parte do território quilombola de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, na Baixada Cuiabana. Trata-se da primeira desapropriação por interesse social para regularização de área quilombola no estado.

A secretária da Associação Sesmaria Boa Vida Quilombo Mata Cavalo, Gonçalves Eva de Almeida, recebeu a notícia com alegria. Segundo Dona Gonçalves, a associação prepara uma festa no dia 15 de dezembro para comemorar a vitória.

A desapropriação faz parte de um processo que culminou em despacho da Justiça Federal expedindo mandado que autoriza o Incra a tomar posse da fazenda "Livramento", com área de 164 hectares. "É a primeira de várias outras ações que estão por vir", afirma o chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra (MT), Rinaldo Cosme Marques Dias.

De acordo com o Procurador Federal, o Incra comprovou o depósito da indenização prévia a ser paga aos expropriados e agora aguarda o cumprimento do mandado por Oficial de Justiça. O Incra ainda deverá publicar editais dando conhecimento da decisão a terceiros.

Andamento

Há ainda outros 48 imóveis a serem desapropriados pela autarquia no território quilombola. Destes, 15 já foram vistoriados para cálculo das indenizações. "Temos esperança de que obteremos êxito em todas as demais ações", afirma o superintendente regional do Incra/MT, Valdir Barranco. "A decisão judicial favorável ao Incra coroa o trabalho das nossas equipes técnicas e jurídicas e, sobretudo, traz justiça às famílias remanescentes do quilombo Mata Cavalo, que conquistam seu território após 125 anos da Lei Áurea".

Histórico

O Quilombo Mata Cavalo possui 14.400 hectares e foi doado por Ana da Silva Tavares em 1.883 aos seus ex-escravos. Segundo Gonçalves de Almeida, sempre houve conflitos com invasores das terras doadas aos negros. No entanto, na década de 90 parte da área foi invadida e os descendentes de escravos foram inclusive expulsos de suas terras, e viram as casa em que habitaram por gerações serem demolidas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 219 / 2013

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

Em 2002 o então procurador da República Pedro Taques ingressou com ação na Justiça pedindo o reconhecimento do direito de posse das famílias que habitavam a região há mais de 130 anos. Para Gonçalves, a ação foi fundamental para impedir os abusos e desmandos.

"Recebíamos ameaças e havia na Justiça diversas ações que pesavam em contrariedade ao quilombo. Procuramos ajuda no Ministério Público e conseguimos provar em vários casos que os papéis dos que pediram a nossa terra tinha origem falsa", disse, referindo-se a fraudes em títulos.

Em 2009, na data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto reconhecendo o território quilombola de Mata Cavalos como de interesse social, possibilitando ao Incra iniciar a desapropriação dos imóveis rurais que integravam as terras.

Agora, com a imissão na posse, o Incra pode destinar a terra para o uso coletivo das 418 famílias remanescentes de quilombo que vivem no local, o que representa o reconhecimento da posse. A titulação se dará quando outros imóveis que compõem o território forem desapropriados para o mesmo fim.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ribeirinhos participarão da XIII Teia Cabocla em Santarém

SÍTIO O IMPACTO, 03.12.2013

Evento acontecerá de 5 a 7 de dezembro, na Chácara Roberto Magalhães, no bairro Cambuquira, em Santarém



Membros da Teia Cabocla

Colaboradores digitais, repórteres comunitários e lideranças juvenis das comunidades ribeirinhas irão participar do encontro anual da Rede Mocaronga de Comunicação Popular, a XIII Teia Cabocla. Com o tema "Desenvolvimento Territorial e Desafios da Juventude", o evento acontecerá nos dias 5, 6, 7 de dezembro, na Chácara Roberto Magalhães, na BR-163, km 7, no bairro Cambuquira, em Santarém, Oeste do Pará.

A Teia Cabocla, neste ano, irá discutir sobre os principais desafios e oportunidades para a vida

dos jovens nas regiões Resex Tapajós-Arapiuns, Flona Tapajós e Assentamentos. Assuntos como trabalho e renda, educação, acesso à informação, direitos infanto-juvenis, participação comunitária, meio ambiente e políticas públicas, serão debatidos por um público de aproximadamente 100 jovens comunicadores, representantes das Rádios, Telecentros, Jornais e Blogs das comunidades, do Programa Floresta Ativos e do Pólo 3G.

A programação da Teia Cabocla terá múltiplas ações colaborativas como: dinâmicas, trabalhos em grupos, participação das lideranças da Tapajoara, debate sobre ativismo, oficinas criativas, Circo Mocarongo e o festival de vídeos Mocaroscar. A cobertura completa do evento será realizada pelos próprios repórteres comunitários através das diversas mídias da Rede Mocaronga, como TV, blog e rádio com transmissão FM.

Seguindo a metodologia do encontro, cada participante trará algum objeto, artesanato ou publicação que retrate o perfil da juventude da sua comunidade, compartilhando assim, o passado, o presente e os desejos para o futuro. Esses materiais serão usados na apresentação das comunidades durante o evento.

Fonte: RG 15/O Impacto